

--- N.º 3/2020 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E SEIS DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE.-----

--- Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no formato Videoconferência-Online, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: -----

-----ORDEM DE TRABALHOS -----

---PRIMEIRO PONTO – INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D)-----

---SEGUNDO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO ATÉ AO MONTANTE DE 983.780,54€, ATRAVÉS DO EQ BEI – LINHA BEI PT 2020 – AUTARQUIAS PARA A OBRA “LOJA DO CIDADÃO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO OPERAÇÃO NORTE-09-0550-FEDER-000152”, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA F) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---TERCEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 1.350.000,00€ RELATIVAMENTE AO INVESTIMENTO “REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS”, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA F) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---QUARTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 1.600.000,00€ RELATIVAMENTE AO INVESTIMENTO DA “BIBLIOTECA MUNICIPAL CAMILO CASTELO BRANCO”, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA F) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)

---QUINTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 600.000,00€ RELATIVAMENTE AO INVESTIMENTO DA “BENEFICIAÇÃO

REDE VIÁRIA” NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA F) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DA LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**SEXTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA “ESPAÇOS PÚBLICOS DA ÁREA CENTRAL DA CIDADE” NO VALOR DE 7.676.040,38 EUROS (SETE MILHÕES, SEISCENTOS E SETENTA E SEIS MIL, QUARENTA EUROS E TRINTA E OITO CÊNTIMOS) AO QUAL ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, NOS TERMOS DO ART.º 51, N.º 2 DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO (RFALEI), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**SÉTIMO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA “INTERFACE 2 - ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE PASSAGEIROS – EDIFÍCIO PRINCIPAL E PALA” NO VALOR DE 2.719.000,00 EUROS (DOIS MILHÕES, SETECENTOS E DEZANOVE MIL EUROS), AO QUAL ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, NOS TERMOS DO ART.º 51, N.º 2 DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO (RFALEI), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**OITAVO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL COM TRANSPORTES ESCOLARES, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 2.076.083,50 EUR (830.433,40 EUR PARA 2020 E 1.245.650,10 EUR PARA 2021), AO ABRIGO DA AL. C), DO N.º 1, DO ARTIGO 6.º, DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)

---**NONO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÕES AO CÓDIGO REGULAMENTAR SOBRE CONCESSÃO DE APOIOS – TÍTULO V DO LIVRO V – CAPÍTULO II - BANCO MUNICIPAL DE VOLUNTARIADO E CAPÍTULO III – BOMBEIRO VOLUNTÁRIO, NOMEADAMENTE AOS SEUS ARTIGOS 125.º, 128.º, 131.º, 132.º, 133.º, 134.º, 135.º, 136.º, 141.º, 142.º E 143.º E ADITAR OS ARTIGOS 142.º-A DO TÍTULO V DO LIVRO V, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---DÉCIMO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS NA CELEBRAÇÃO DO “CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS”, RELATIVAMENTE ÀS FREGUESIAS DE FRADELOS, LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI, LOURO, NINE, RUIVÃES E NOVAIS, SEIDE, VALE S. MARTINHO E VILARINHO DAS CAMBAS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---DÉCIMO PRIMEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS COM AS FREGUESIAS DE REQUIÃO, SEIDE E VERMOIM PARA SERVIÇO DE REFEIÇÕES E GESTÃO DAS VERBAS DAS COMPARTICIPAÇÕES FAMILIARES DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA (ANOS ESCOLARES 2020/2021 E 2021/2022), NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M), DO N.º 1, DO ARTIGO 33.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---DÉCIMO SEGUNDO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROJETO DE REGULAMENTO DE ACESSO E UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA INCUBADORA FAMALICÃO MADE IN, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---DÉCIMO TERCEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA NINENSE, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 140.000,00€ (CENTO E QUARENTA MIL EUROS) PARA CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE FUTEBOL 7, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---DÉCIMO QUARTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO AO GRAL – GRUPO RECREATIVO AVIDOS E LAGOA/CLUBE DE RUGBY DE FAMALICÃO, ATÉ AO MONTANTE

GLOBAL DE 221.000,00€ (DUZENTOS E VINTE E UM MIL EUROS) PARA APOIO À CONCRETIZAÇÃO DE OBRAS PARA INSTALAÇÃO DE UM RELVADO SINTÉTICO DE FUTEBOL 11, BANCADAS, VEDAÇÕES, POSTES E ILUMINAÇÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**DÉCIMO QUINTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO ATÉ AO MONTANTE DE 75.000,00 € (SETENTA E CINCO MIL EUROS) À FREGUESIA DE BRUFE, DESTINADO A COMPARTICIPAR NAS DESPESAS DA EXECUÇÃO DAS OBRAS NA TRAVESSA MANUEL MOREIRA MAIA, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**DÉCIMO SEXTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO ATÉ AO MONTANTE DE 127.500,00 € (CENTO E VINTE E SETE MIL E QUINHENTOS EUROS) À FREGUESIA DE GAVIÃO, DESTINADO A COMPARTICIPAR NAS DESPESAS DA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REMODELAÇÃO DO ADRO DA IGREJA DE GAVIÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**DÉCIMO SÉTIMO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 132,00 METROS QUADRADOS, SITA NO LUGAR DE VALDOSSOS, RUA URBANIZAÇÃO DO OLHEIRO, DA FREGUESIA DE FRADELOS, DESTE CONCELHO, IDENTIFICADA COMO LOTE N.º 33 AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 10/1998, FREGUESIA DE FRADELOS, TUDO NOS TERMOS DA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**DÉCIMO OITAVO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA A INSTALAÇÃO E GESTÃO DA LOJA DE CIDADÃO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA K) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**DÉCIMO NONO PONTO** – DISCUSSÃO E APRECIÇÃO DAS INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVAMENTE ÀS MEDIDAS EXTRAORDINÁRIAS PARA FAZER FACE À SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DO NOVO CORONAVÍRUS, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NO ART.º 7º-B DA LEI Nº 6/2020, DE 07/05, NA ATUAL REDAÇÃO. (GRELHA E)-----

--- A Mesa, presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo e secretariada por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e Heitor Rui Santos Bernardo, verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes presenças e faltas:-----

---ADELINO SANTOS OLIVEIRA-----

---ADELINO SILVA COSTA-----

---AGOSTINHO SILVA VEIGA -----

---ÁLVARO JOAQUIM COSTA OLIVEIRA -----

---ANA FILIPA FERNANDES OLIVEIRA -----

---ANDRÉ LUÍS LOPES OLIVEIRA-----

---ANDREIA FERREIRA TAVARES -----

---ANTÓNIO AFONSO ARAÚJO REBELO -----

---ANTÓNIO ALBERTO SIMÕES COSTA-----

---ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO PINHO-----

---ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES -----

---ANTÓNIO JACINTO COELHO COSTA -----

---ANTÓNIO JOSÉ BRAGA OLIVEIRA -----

---ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES -----

---ARMINDO FERNANDES GOMES -----

---ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO -----

---AVELINO FREITAS SILVA-----

---BERNARDINO GOMES MARTINS -----

---CÂNDIDA JESUS DA SILVA VELOSO -----

---CARLA SOFIA SANTANA A. RIBEIRO FARIA-----

---CARLOS ALBERTO COSTA GOMES -----

---CARLOS ALBERTO COSTA PEREIRA -----

---CARLOS ALBERTO DA COSTA FERNANDES-----
---CATARINA ISABEL ROCHA MACHADO-----
---CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS-----
---DANIEL RIBEIRO PADRÃO SAMPAIO-----
---DELFIM FERNANDO MACHADO ABREU-----
---DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA-----
---FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA-----
---FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES-----
---FRANCISCO RODRIGUES SÁ-----
---GERMANO ANTONIO DA SILVA ARAÚJO-----
---HEITOR RUI SANTOS BERNARDO-----
---HÉLDER JOAQUIM FERNANDES PEREIRA-----
--- HUGO ALEXANDRE MIRANDA SAMPAIO-----
---JOANA ISABEL GONÇALVES SANTOS SILVA-----
---JOÃO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA-----
---JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA DE MELO-----
---JOÃO PEDRO SAMPAIO DE ARAÚJO-----
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA-----
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA-----
---JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA-----
---JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES-----
---JOSÉ NUNO MARQUES MOREIRA-----
---JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA-----
---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA-----
---LUÍS FERNANDO ANDRADE MONIZ-----
---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA-----
---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA-----
---MANUEL JOAQUIM RODRIGUES CARVALHO-----
---MANUEL NOVAIS OLIVEIRA-----
---MANUEL SILVA ALVES-----

---MÁRCIA FILIPA RORIZ NUNES-----
 ---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA-----
 ---MARIA FÁTIMA FERNANDES COSTA -----
 ---MARIA INÊS MOREIRA VIEIRA GOMES -----
 ---PAULA CRISTINA AZEVEDO SANTOS -----
 ---PAULO AGOSTINHO FARIA COSTA MARQUES FOLHADELA-----
 ---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO -----
 ---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----
 ---PAULO MANUEL MARQUES DA COSTA-----
 ---PEDRO MIGUEL DA CRUZ ARAÚJO-----
 ---PEDRO TIAGO SILVA OLIVEIRA -----
 ---RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA -----
 ---RITA SANGREMAN PROENÇA PIRES DE LIMA-----
 ---RUI MIGUEL SÁ FARIA -----
 ---RUI PEDRO PACHECO ALVES -----
 ---SUSANA MARIA COSTA PEREIRA-----
 ---TOMÁS MANUEL CUNHA SOUSA -----
 --- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de: -----
 -----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----
 --- **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (NUNO MELO)**-----
 ---Colocou à discussão e votação a ata da Assembleia Municipal de quinze de maio de dois mil e vinte-----
 --- Não havendo inscrições para discussão, passou-se de imediato à sua votação: -----
 --- ***Posta à votação a ata da sessão da Assembleia Municipal de quinze de maio de dois mil e vinte, foi a mesma aprovada, por unanimidade.***-----
 --- Informou que, deram entrada na Mesa dois Votos de Congratulação apresentados pelo Grupo Municipal do PS, um Voto de Congratulação e uma Moção apresentados pelo Grupo Municipal da CDU e um Voto de Congratulação apresentado pelo Grupo Municipal do PSD.
 ---**PAULO PINTO (PS)** – Fez a leitura do voto de congratulação que é do seguinte teor:---

“A situação de emergência de saúde pública declarada num âmbito internacional, obrigou à implementação de medidas de contingência para prevenção, contenção e mitigação da epidemia SARS-Cov 2 (Covid 19) de modo a proteger os cidadãos, tentando deste modo minorar os impactos da pandemia em diversas áreas. Esta conjuntura excecional a que assistimos e a sua previsão de alastramento exponencial, impuseram, e continuam a impor, a adoção de medidas extraordinárias e de carácter urgente de resposta à situação epidemiológica, desde logo, pela distribuição e utilização de equipamentos de proteção individual e/ou outros materiais. Várias entidades desenvolveram campanhas de angariação de equipamentos e de ajuda financeira para apoiar aqueles que estavam e continuam a estar na linha da frente no combate à Covid-19. Muitas empresas ajustaram as suas produções, de modo a poderem contribuir para este esforço conjunto de produção, angariação e distribuição, destes equipamentos e materiais de proteção. Entendemos que é justo o agradecimento público a todas as entidades, empresas e cidadãos que ao longo destes últimos meses promoveram, junto da população famalicense, a oferta de equipamento individual de proteção e/ou outros materiais. De igual forma, devemos valorizar e agradecer as doações feitas à Câmara Municipal por empresas, organizações e cidadãos anónimos para que, através dela, esses equipamentos pudessem chegar junto dos serviços de saúde e dos Famalicensees. Este facto só vem comprovar que Famalicão é uma terra humanista e solidária pois, em nome de uma causa maior, as suas doações chegaram a diversas entidades, nomeadamente à Câmara Municipal, que as distribuíram ou ainda distribuirão, de forma equilibrada e equitativa, à comunidade e aos serviços de saúde de cada uma das Freguesias do Concelho. Apela-se também que seja continuo esse esforço, para que todos os famalicensees possam receber os devidos equipamentos de proteção. O nosso louvor e agradecimento sentido a todas as empresas e entidades Famalicensees.” -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Fez a leitura do voto de congratulação que é do seguinte teor:---

“Na sequência da proibição da utilização de fibras de amianto, foi desenvolvido e implementado um programa nacional de remoção desse material. De entre os equipamentos públicos sujeitos a tal remoção assumem especial importância, por razões óbvias, os estabelecimentos de ensino incluídos na rede pública da educação pré-escolar, do ensino básico e do secundário. Publicado agora em Diário da República, o Governo, dando efetiva

continuidade a tal programa, deu a conhecer as 578 escolas espalhadas pelo país e que vão ser objeto de tais obras de remoção, cumprindo assim um compromisso assumido por este Governo com os Portugueses. Em Vila Nova de Famalicão, estão contempladas as Escolas Básicas Conde de Arnoso (Arnoso Santa Maria), D. Maria II (Gavião), Dr. Nuno Simões (Calendário) e Júlio Brandão (Vila Nova de Famalicão). Este investimento, no valor global de 60 milhões de euros, assume uma dupla função: cumpre um compromisso do Governo e ajuda à recuperação, através da criação de emprego. Por outro lado, este investimento, que agora se concretiza, traz benefícios diretos para a comunidade famalicense e, em especial, para cada uma das comunidades escolares dos estabelecimentos de ensino contemplados.” --

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Fez a leitura do voto de congratulação que é do seguinte teor: -----

“Continental Mabor: afirmar direitos em tempos de Covid - Através de comunicado, a Continental Mabor agradeceu a ótima prestação dos seus trabalhadores nos dois meses em que recorreu ao *lay-off*, e reconheceu que a unidade de Famalicão, nesse período, manteve uma classificação destacada no Grupo, com o mais baixo custo do padrão de manufatura pneu/homem, além de destacar o grau de qualidade da unidade portuguesa. Nunca será de mais referir que os trabalhadores da Continental Mabor deram um contributo significativo para esse êxito, já que, apesar de penalizados pelo *lay-off*, foram capazes de continuar a assegurar os bons índices de produtividade da sua empresa. Surpreendentemente, um tempo depois, foram confrontados com a pretensão da empresa proceder à alteração dos turnos de fim-de-semana, alteração que implicaria uma poupança de custos segundo esta, esquecendo que tal alteração significaria um agravo salarial para estes trabalhadores, profundamente injusto. Numa atitude de grande unidade, os trabalhadores apresentaram o seu protesto à administração da Continental Mabor onde apelavam à manutenção das condições atuais dos horários, já que a alteração pretendida prejudicaria muitos trabalhadores, facto bastante para que a empresa viesse a reponderar a sua pretensão e a tornasse sem efeito. Nesta conformidade, a CDU apresenta um Voto de Congratulação por este satisfatório e exemplar desfecho, e saúda as partes envolvidas no entendimento, de modo particular os trabalhadores da Continental Mabor que, com elevado espírito solidário e capacidade de diálogo, foram capazes de afirmar e defender os seus direitos.” -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Fez a leitura da moção que é do seguinte teor: -----

“Salvar centenas de MPME: primeiro passo para a retoma económica de que Famalicão e o País precisam. Só quem desconhece a realidade nacional é que poderá ficar surpreendido com a situação de grande aflição por que passam muitos milhares de pequenos empresários e as suas famílias. O surto epidémico que atinge o País e o mundo agravou, de forma brutal, as muitas fragilidades e problemas que caracterizam o tecido empresarial português. Nestes meses, uma larga camada desses empresários ficou sem qualquer tipo de rendimentos face à suspensão das suas atividades, encerramento ou delimitação dos espaços onde as desempenhavam, ou ainda pelo desaparecimento ou significativa redução de clientes. O Governo avançou com algumas medidas de apoio às micro, pequenas e médias empresas (MPME), mas que são claramente insuficientes e limitadas. Mais grave ainda é que muitos destes empresários foram excluídos de qualquer apoio. Ou porque tinham situações por resolver ou em resolução perante a Segurança Social, a Autoridade Tributária ou a Banca, ou na situação de milhares de sócios-gerentes que ficaram de fora dos critérios definidos pelo Governo, ou na exclusão do programa ADAPTAR de empresas em regime de contabilidade simplificada. Os recursos que o País possui não podem ser usados para defender os lucros e privilégios dos grandes grupos económicos, mas sim para proteger rendimentos dos trabalhadores, dos reformados, mas também, dos milhares de microempresários e empresários em nome individual cuja atividade será também ela fundamental para recuperar e desenvolver o País. O principal instrumento criado pelo Governo para o apoio às empresas foi o chamado regime de lay-off simplificado. Mas este regime está a servir sobretudo para apoiar as grandes empresas em centenas de milhões de euros. Ou seja, mais de metade das grandes empresas, muitas delas que tiveram centenas de milhões de lucros nos últimos anos foram apoiadas, já para não falar do caso dos 850 milhões para o Novo Banco, que tanta falta fazem ao país. Enquanto isso, do universo das microempresas, apenas 7,4% obtiveram acesso. No caso das sociedades empresariais, as microempresas apenas 25% destas sociedades a acederem a este apoio do Governo. É, por isso, indispensável e urgente dar resposta à grave situação das microempresas de natureza familiar e empresários em nome individual ou trabalhadores por conta própria, muitas com situações informais, vivendo de vários trabalhos parciais à comissão, da mediação, ocupados

em serviço de proximidade, da construção civil à limpeza, do comércio local aos feirantes, dos explicadores às pequenas oficinas de reparação automóvel, entre tantos e tantos outros, que não conseguimos aqui enumerar – para se ter uma ideia da grandeza dos números nacionais, refira-se que só o Concelho de Famalicão tem cerca de 5 mil empresas, a grande maioria delas MPME. Para a CDU impõem-se respostas visando o levantamento de todas as restrições colocadas às MPME no acesso aos apoios já decididos, a consagração do apoio financeiro aos sócios-gerentes das micro e pequenas empresas equiparando-os ao regime de trabalhadores independentes, a atribuição de um apoio mensal à tesouraria destas empresas, o assegurar de empréstimos a taxa de juro zero, com dois anos de carência e dez anos para amortização dos valores em dívida, a redução do preço da eletricidade e dos combustíveis, entre outras medidas. Respostas que não podem continuar a esbarrar na lentidão e burocracia de uma máquina que está feita para apoiar os grandes grupos económicos e que se prepara para levar à falência e à pobreza, se nada for feito, milhares de micro, pequenos e médios empresários. Responder agora e sem demoras aos seus problemas, é responder a uma parte significativa do tecido económico, fator fundamental para a retoma económica de que o país irá precisar. Assim, neste dia 26 de junho (data escolhida pela Assembleia Geral das Nações Unidas como o Dia das Micro, Pequenas e Médias Empresas), a Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão apela ao Governo que adote as medidas necessárias para, passamos a enumera-las: 1 - O levantamento de todas as restrições colocadas às MPME no acesso aos apoios já decididos (Layoff simplificado, programa ADAPTAR, etc); 2 - A consagração do apoio aos sócios-gerentes das micro e pequenas empresas equiparando-os ao regime de trabalhadores independentes; 3 - A atribuição de um apoio mensal ao rendimento de microempresários ou empresários em nome individual com um valor mínimo de €438,81, o valor do IAS, como se sabe; 4 - Suspender este ano o Pagamento por Conta em sede de IRC e devolução dos valores em dívida às MPME decorrentes do já extinto Pagamento Especial por Conta dito PEC; 5 - Concessão de empréstimos a taxa de juro zero, com dois anos de carência e dez anos para amortização dos valores em dívida, sem recurso à intermediação da banca privada; 6 - A redução do preço da eletricidade e dos combustíveis; 7 - Apoio ao arrendamento não habitacional refletindo na renda paga pelas MPME a quebra da atividade

que foi verificada; 8 - Criação de uma rede de contacto e apoio do Estado às MPME visando assegurar o esclarecimento e orientação no acesso às medidas de apoio.” -----

---**ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – Fez a leitura do voto de congratulação que é do seguinte teor: -----

“A 9 de Julho comemora-se o Dia da Cidade, efeméride que assinala o aniversário da elevação de Vila Nova de Famalicão a cidade. O Município de Vila Nova de Famalicão decidiu assinalar tal data, dotando a mesma de um simplificado de homenagem a todos os Famalicenses, e, em concreto, de merecida homenagem à comunidade Famalicense e a todos os profissionais que estiveram na primeira linha de combate à Pandemia Covid-19. Estando nós ainda a atravessar aquela que é já considerada a maior crise de saúde pública registada no século XXI, não podemos abrandar a luta diária e o combate a tal flagelo, que rouba a vida a jovens e a idosos, e que veio a acentuar ainda mais os desequilíbrios sociais, as desigualdades e as situações de extrema debilidade económica e mesmo até de extrema pobreza. Vila Nova de Famalicão não se alheou, e certamente não se alheará do combate que travamos e que continuaremos a travar. Nesta linha desigual perante um inimigo sem rosto, a comunidade Famalicense e os seus cidadãos não se coibiram de tudo fazer para que a pandemia não alcançasse valores ainda mais gravosos, mantendo, concomitantemente, o seu aparelho produtivo e social a laborar, contribuindo assim para a manutenção de algum equilíbrio dentro da normalidade possível. Esquecer tal circunstância, seria esquecer, desde o enfermeiro ao médico, desde os elementos das autoridades policiais, aos bombeiros, dos professores aos alunos, dos autarcas aos dirigentes associativos, dos trabalhadores agrícolas aos operários, dos pequenos comerciantes aos grandes empresários, que em conjunto com todos os cidadãos anónimos fizeram com que a nossa terra não parasse. É pois justa e merecida a homenagem a prestar. Nesse sentido, não pode o Grupo Municipal do Partido Social Democrata deixar de se associar a tal homenagem, pelo que propõe que esta Assembleia delibere um voto de congratulação pela justa homenagem prestada a todos os que constituem a nossa comunidade, com especial enfoque para todos aqueles que com coragem e abnegação se encontram na linha da frente deste combate.” -----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, a matéria que o Partido Socialista nos traz relativamente ao voto de congratulação em torno do

despacho que identifica equipamentos escolares para intervenções de remoção e dissolução do amianto é naturalmente de relevante interesse, mas é com alguma perplexidade que assistimos à apresentação deste voto. Eu passo a explicar porquê: Desde dois mil e dezasseis que o Governo está, por força da lei, obrigado a tornar público o mapeamento e o planeamento das ações corretivas e preventivas com vista à eliminação do amianto, bem como a publicitar a monitorização nos equipamentos não removidos que contenham amianto, em todos os edifícios públicos sobre a sua responsabilidade. O Governo nunca o fez ao longo dos últimos quatro anos. Nesse mesmo ano de dois mil e dezasseis, o senhor Primeiro Ministro, Doutor António Costa num debate quinzenal no parlamento comprometia-se solenemente com o País a retirar o amianto em todas as escolas de Portugal na alçada do Ministério da Educação até ao ano letivo de dois mil e dezoito. Não o fez no ano letivo de 2017/2018. Não o fez no ano letivo de 2018/2019. Não o fez, como sabemos, no ano letivo em curso 2019/2020. Não o fez, não o vai fazer e chutou essa responsabilidade exclusivamente para as autarquias, exclusivamente para as autarquias! Na verdade o que o Governo fez senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, foi uma habilidade muito fácil de explicar, reprogramou os fundos comunitários no âmbito dos PO Regionais, e através dos PDCT, ou seja, dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial geridos pelas comunidades intermunicipais, retirou dos fundos destinados a ajudar os Municípios no cumprimento das suas competências próprias e exclusivas, verbas que alocou especificamente para a retirada do amianto das escolas, incluindo aquelas que estão sobre a sua responsabilidade, mas que, como já referi, chutou para as Câmaras Municipais. O Governo propriamente nem chega a dar com uma mão para retirar com a outra, porque esse dinheiro nunca lhe esteve destinado. Uma coisa é certa, no final da linha o Governo não gasta um cêntimo naquilo que lhe compete. Pior, os sessenta milhões de euros de que aqui se fala, e que não são para Vila Nova de Famalicão, são para o universo das quinhentas e setenta e oito escolas espalhadas pelo País, ou seja, dará uma média de qualquer coisa como cento e três mil euros por escola. Significa isto, que no máximo as verbas poderão, eu insisto, poderão cobrir o custo da remoção, mas nunca o da substituição, e este custo de substituição pagam as Câmaras Municipais, incluindo nas escolas que são da responsabilidade exclusiva ou partilhada do Ministério da Educação. Senhor Presidente,

senhoras e senhores Deputados, a haver um voto de congratulação ele teria que ser dirigido não ao Governo, mas às Autarquias locais incluindo à Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, que uma vez mais em nome de superior interesse dos seus munícipes se viu na circunstância de resolver problemas que também são, e são sobretudo do Governo. -----

---**ARMINDO GOMES (CDS)** – Começando pelos votos, pela ordem de entrada na Mesa da Assembleia, o voto de congratulação do Partido Socialista, o CDS vai votar a favor, o número um, tem a ver com o COVID 19, o voto da utilização de fibras de amianto, a substituição das fibras de amianto peca por tardia, a responsabilidade é do Governo, portanto o CDS vai-se abster neste voto. O voto de congratulação da CDU referente à Continental Mabor, o CDS vai votar a favor, a moção também da CDU, que é o voto número quatro, o CDS vai votar a favor. O voto número cinco, voto de congratulação do PSD do Dia da Cidade, o CDS também vai votar a favor.-----

---**PAULO FOLHADELA (PS)** – Refiro-me, e em jeito de resposta à intervenção que o colega Deputado Jorge Paulo Oliveira teve, se há motivo para neste momento responder à perplexidade manifestada pelo senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira, é precisamente devolver-lhe essa perplexidade, porque não se espera neste momento outra tomada de iniciativa, do que de facto aparecer um voto de congratulação pela medida tomada pelo Governo, e se, como há pouco perguntava, se devia haver um voto de congratulação, devia, há e este voto nesta altura é sem dúvida um voto que deve ser dirigido ao Governo de Portugal, porque apesar da resenha histórica daquilo que o senhor Deputado há pouco fez deste assunto, deverá neste momento assinalar-se, como se assinala, que hoje, aquilo que temos é uma decisão governamental no sentido de dar um impulso para resolver um problema, que é um problema partilhado por toda a sociedade, por todos os partidos e que leva agora uma decisão no sentido de ser efetivamente resolvido junto de quem mais precisa, e que neste caso é os estabelecimentos de ensino. Claro que, da sua intervenção pareceria a determinada altura que os sessenta milhões que obviamente são, sessenta milhões aplicados em todo o programa a nível nacional, não às escolas do concelho de Vila Nova de Famalicão, mas pareceria que esta intervenção era com dinheiro da Câmara, ora bem, todos nós sabemos que assim não é. Há a disponibilização deste montante, destes sessenta milhões, deste programa, que são agora dirigidos para esta intervenção, e daí quanto mais

não seja, e assim, se os senhores Deputados também tiveram a oportunidade de ver o voto que é apresentado, aquilo que radica a razão fundamental deste voto é neste sentido, há de facto um avanço substancial nesta matéria, este avanço foi dado pelo Governo de Portugal, e se as nossas escolas são contempladas, pensamos nós, e daí a iniciativa do Partido Socialista, é justo apresentar-se este voto de congratulação. -----

---**ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – Muito rapidamente para informar do sentido de voto do Partido Social Democrata, em relação ao voto de congratulação da CDU quanto à Continental Mabor o Grupo Municipal do PSD votará a favor, quanto ao voto de congratulação apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista em relação à participação dos cidadãos e das empresas na contribuição dos EPIs, o Partido Social Democrata votará a favor, quanto à moção da CDU em relação às pequenas e médias empresas dirá o Partido Social Democrata o seguinte: Gostaria de facto de votar a favor, tem algumas medidas que não são praticáveis, tem umas outras que penso que não são de legalidade assente e tem umas outras, em relação às quais nós comungamos, de facto penso que uma grande pecha deste Governo é o não apoio às pequenas e médias empresas, é o não apoio aos sócios gerentes e aqueles que são de facto as entidades patronais, os motores da nossa economia, e portanto comungando das preocupações da CDU não nos poderemos associar ao voto favorável, mas iremo-nos abster. No que concerne ao nosso voto, como é óbvio, gostaríamos de deixar registada aqui a nossa palavra e associação a uma homenagem, que é mais que justa à comunidade famalicense. -----

 --- **POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA, RELATIVAMENTE A TODAS AS EMPRESAS, ENTIDADES FAMALICENSES E À COMUNIDADE FAMALICENSE NO COMBATE AO SURTO EPIDÉMICO COVID-19, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE.** -----

 --- **POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA, RELATIVAMENTE À UTILIZAÇÃO DAS FIBRAS DE AMIANTO NAS ESCOLAS, FOI O MESMO**

REJEITADO COM QUARENTA E QUATRO VOTOS CONTRA, CATORZE VOTOS A FAVOR E ONZE ABSTENÇÕES.-----

--- **POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU, RELATIVAMENTE À CONTINENTAL MABOR, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE.** -----

--- **POSTA À VOTAÇÃO A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU, RELATIVAMENTE ÀS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS, FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E CINCO VOTOS A FAVOR, E CATORZE ABSTENÇÕES.** -----

--- **POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, RELATIVAMENTE AO DIA DA CIDADE, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE.** -----

---**PAULO FOLHADELA (PS)** – Apresentou declaração de voto que é do seguinte teor: ---

--- “Simplesmente para assinalar, que relativamente ao voto de congratulação ao Governo pela tomada de decisão da retirada de amianto das escolas, naturalmente que o Partido Socialista pelas razões que fez, votou favoravelmente o voto e tem a certeza absoluta que as populações, sejam habitantes, sejam as comunidades escolares das freguesias de Arnoso, de Gavião, de Calendário e de Famalicão, independentemente da posição agora tomada pelos seus Presidentes de Junta estão de acordo com esta medida.” -----

--- Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passou-se de imediato ao período da:---

-----**ORDEM DO DIA** -----

--- **PRIMEIRO PONTO** – **INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA.** -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Senhor Presidente da Câmara, nós temos tornado público que temos apoiado um conjunto de vastas medidas tomadas pelo executivo, estou a referir-me concretamente à questão da abertura da feira, mas tem-nos chegado alguma apreensão de público no sentido de que, sem qualquer crítica à abertura e à disponibilidade para atender os legítimos interesses da generalidade dos cidadãos, mas tem-nos chegado alguma preocupação da parte de pessoas que notam que é preciso acrescentar um pouco ao grande esforço que a Câmara está a fazer e reconhecidamente, no sentido de operacionalizar o melhor controlo dentro do próprio recinto da feira, ou seja, há um adequado controlo nas entradas, mas depois dentro o que é comum dizer-se é que há pessoas que sendo obrigadas a uma permanência no uso da máscara, o não fazem, e isso coloca embaraços para o interesse da saúde dos cidadãos que tem por necessidade de recorrer à feira e contactar com os vendedores, isto não é generalizado, mas precisamente deixo ao cuidado do senhor Presidente o facto de procurar saber, porque há efetivamente algum desrespeito pela integralidade das normas obrigatórias a usar no recinto da feira. -----

---**PAULO FOLHADELA (PS)** – Senhor Presidente da Câmara, três questões que gostaria de colocar a vossa Excelência e que representam cada uma delas na sua medida preocupações que temos verificado serem sentidas pelos famalicenses. O primeiro assunto tem a ver com a Central de Camionagem e a abordagem que há dias veio a público, como tendo sido feita pela Câmara Municipal no sentido de dizer aos lojistas que tinham um mês para entregar as lojas para que fossem efetivadas as obras previstas para o local. Sem prejuízo de estarmos todos naturalmente de acordo quanto à realização de obras de beneficiação daquele espaço público, deixamos a pergunta ao senhor Presidente da Câmara no sentido de nos poder esclarecer nesta fase, de quais foram os procedimentos e também a circunstância que entretanto foi informada da existência de uma reunião já havida com os lojistas daquele espaço. A segunda questão que colocava ao senhor Presidente da Câmara tem também a ver com uma necessidade e um descontentamento manifestado pelos famalicenses, e que diz respeito ao descontentamento relativamente aos horários dos transportes públicos existentes e também a escassez de viaturas no serviço público de transportes que está a ser proporcionada. Tem havido recorrentes queixas quanto à falta de fluidez, ou seja, possibilidade de existir, como existia antes, carreiras durante todo o horário

do dia, e que isso tem trazido problemas acrescidos para as populações, e note-se que estamos sempre a falar de populações naturalmente mais carenciadas, porque se recorrem ao transporte público significará muito naturalmente também que têm maiores necessidades, e que tem havido uma dificuldade acrescida dessas pessoas em fazerem-se deslocar nomeadamente aos serviços públicos no centro da cidade, por não haver carreiras em tempo oportuno e por ter sido cortada aquilo que era a cadência normal dessas carreiras, daí também a pergunta que deixo à Câmara Municipal. Em terceiro lugar, senhor Presidente da Câmara, notamos, o Partido Socialista notou que nos últimos dois meses, março e abril, duas vezes por semana, ou seja cada semana era celebrado em média contratos de prestação de serviços, contratos de avença, basta suportar-nos no *site* da Contratação Pública para verificar que a Câmara Municipal recorrentemente está a utilizar este expediente para os mais diversos domínios da Administração Autárquica, e aquilo que se pergunta, já não só pela estranheza de em pleno período de COVID haver esta abundância de contratação, percebermos da parte da Câmara Municipal a que é que corresponde esta necessidade, são necessidades não previstas de contratação, é a impossibilidade de contratar a termo definitivo, é um subterfúgio da Câmara Municipal no sentido de não contratar a termo definitivo e optar por esta contratação precária e a recibo, porquê estes números e esta quantidade de contratação, no caso de contratos de prestação de serviços em regime de avença, e era para já, neste momento as perguntas que deixava à Câmara Municipal. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Sobre a questão colocada pelo Deputado Daniel Sampaio, devo dizer que na feira além da monitorização que é feita no acesso, há um acompanhamento permanente dentro da feira, além da Polícia Municipal, da própria PSP, também temos os serviços de Fiscalização Municipal a acompanharem a permanência do acesso no interior, eu quero dizer que não me chegou até agora nenhum relato de incumprimento, aliás as autoridades têm incumbência de se confrontadas com esse incumprimento, dar disso notícia às forças policiais, como sabemos há um quadro legal que obriga a consequências mais severas, mas agradeço o cuidado da informação que me deu, eu vou junto dos serviços averiguar se de facto isso está a acontecer, e se estiver, obviamente aumentar a salvaguarda, porque essa questão é essencial para a segurança de todos nós. Quanto às questões colocadas pelo Deputado Paulo Folhadela, a primeira sobre o Centro

Coordenador de Transportes, foi notícia uma parte da questão, é verdade que a Câmara Municipal teve que notificar formalmente, é assim que deve ser, pois quem utiliza os espaços comerciais, da necessidade da cedência dos mesmos para a intervenção que é necessário fazer-se no edifício. Esta dinâmica, é assim que funciona, porque nós não sabemos quando é que o Tribunal de Contas emite o visto, há uma série de circunstâncias no Procedimento Concursal que trazem uma dimensão aleatória acerca dos prazos, nós só quando somos notificados dessas decisões, é que sabemos que estamos em condições de avançar com a obra, e aí temos que notificar os lojistas. Mas também quero dizer, e isso não foi público, pelo menos pela mesma fonte, mas o Município já deu o seu conhecimento que a Câmara Municipal está junto de todos os utilizadores a procurar soluções consensuais, e devo dizer que houve uma Reunião na passada segunda-feira, e foi muito bem-sucedida, estamos em crer que em pouco tempo teremos uma solução equilibrada, justa, e acima de tudo que vá de encontro às necessidades e aos interesses dos lojistas que nos compete acautelar e que acautelaremos. Quanto aos transportes públicos, ó senhor Deputado, nós estamos tão zangados como os famalicenses, nós gostaríamos de que os sucessivos Governos apoiassem em Famalicão os transportes como apoiam nas grandes cidades ou grandes centros urbanos, mas não apoiam, não é a Câmara Municipal quem coloca os autocarros na rua, nós não somos proprietários de autocarros, nem temos internalizado esse serviço, nós recorremos às linhas que estão autorizadas, recorremos ao serviço que está concessionado, há muitos anos que está concessionado, não fomos nós quem concessionou estas linhas e sabemos das contingências destas empresas, muitas delas estão em lay-off, muitas delas descontinuaram percursos, muitas delas já não têm ao seu serviço os trabalhadores que tinham no passado, e isso acarreta obviamente dificuldades, estamos a procurar o melhor possível, sendo que quem presta o serviço não é a Câmara Municipal, e o que está a acontecer em Famalicão, infelizmente está a acontecer um pouco por toda esta região, repito, no País há algumas exceções que são os grandes centros urbanos que tem um enorme volume financeiro disponível para investir em transportes, que o Governo da República não o concede no município de Famalicão. Só mais uma questão sobre os transportes, eu não concordo consigo em relação à questão das necessidades sociais, eu não acho nada que os transportes públicos sejam sintoma de qualquer tipo de carência social, eu

acho que felizmente cada vez mais os famalicenses e os portugueses no seu todo vêm nos transportes públicos como uma solução de transporte, ponto, não é uma questão de ser uma solução de transporte para quem não tem condições económicas para encontrar outros, é perfeitamente possível, desejável que todos nós olhemos para o transporte público como uma solução como outra qualquer, e que haja uma opção de transporte por razões económicas, por razões ambientais e pela qualidade de vida que daí resulta. Quanto à questão do recurso às avenças, ó senhor deputado, das três hipóteses que colocou, é obviamente as duas primeiras, eu devo lembrar-lhe que sempre que o município celebra um contrato de avença, fá-lo primeiro no contexto de uma necessidade, de uma premência, que como sabe, sabe disso por formação com certeza, não é compatível com as longas procedimentais de um recurso a um vínculo estável, como é um contrato ou um vínculo estável à função pública, portanto sabemos que esses vínculos requisitam um conjunto de regências que demoram vários meses, em alguns casos mais de um ano, isto não é compatível com a premência. Em segundo lugar, há casos que nós não sabemos se aquela necessidade reportada pelo serviço, é uma necessidade que será permanente, ou se é uma necessidade para seis meses ou para um ano, estas duas razões conjugadas fazem com que o recurso às avenças seja efetuado num contexto de primeira abordagem ao mercado de trabalho. Sempre que concluímos que há uma permanência da necessidade, o que fazemos imediatamente é abrir concurso, e se o senhor Deputado for ver às Reuniões de Câmara, às várias deliberações dos últimos meses em Reuniões de Câmara abriram-se diversos procedimentos concursais, exatamente nas áreas onde se recrutaram trabalhadores em regime de avença ou em regime de tarefa, portanto são circunstâncias ocasionais, há uma ótica de premência, de urgência que está subjacente a essa necessidade, e sempre que se percebe que há uma permanência na necessidade desse recurso em relação ao município, imediatamente se abre um procedimento concursal, para que com o vínculo jurídico diferente e estável o município preencha este lugar. Devo lembrar senhor Deputado, que na Câmara Municipal de Famalicão não há procedimentos concursais para contratos a termo em condições normais, e portanto nós preferimos numa função inicial de abordagem ao mercado que resolva de imediato aquilo que é a carência do serviço, e depois se essa se mantiver, pois

com certeza que abriremos um procedimento concursal para um vínculo estável à função pública.-----

---**JACINTO COSTA (PS)** – Senhor Presidente Dr. Paulo Cunha, temos constatado nestes últimos tempos que na cidade de Famalicão tem havido um ajuntamento de pessoas, tanto na Praça D. Maria II, como também no Parque da Juventude, existe algum regulamento para limitar os ajuntamentos, ou tem havido vigilância policial? Uma outra questão, o município decidiu fechar o trânsito numa rua na D. Maria II, na fase em que nos encontramos, ainda hoje houve um aumento de casos, infelizmente de COVID, pergunto qual a principal razão do fecho dessa mesma rua. Por último, vai-se realizar no Parque da Devesa, um festival Anima-te, quero que o senhor Presidente nos explique aqui que medida de segurança sanitária o município vai implementar durante esse evento, uma vez que vai juntar várias pessoas e vai haver aglomerado certamente de pessoas lá nesse evento. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Senhor Deputado Jacinto Costa, quanto aos ajuntamentos, isso é da competência das forças da segurança, não é da Câmara Municipal, há uma lei para cumprir, espero que as forças policiais com os efetivos que estão à sua disposição assegurem que em todo o perímetro do município esses ajuntamentos sejam cumpridos, mas quem define as leis não é a Câmara Municipal, quem tem que assegurar o seu cumprimento são as forças de segurança. Quanto ao encerramento de ruas, é sabido a política municipal quanto à permissão de esplanadas, há uma zona da cidade onde esse troço de rua é perfeitamente indispensável em alguns horários, entendemos que o seu encerramento ajuda a que essas mesmas esplanadas possam permitir que a população as utilize em contexto de fruição como é desejável. Quanto ao Programa Anima-te, ele vai ser realizado no Parque da Devesa e tem um Plano de Segurança em estrita obediência aquilo que são as regras aprovadas pela Direção Geral de Saúde. -----

---**PAULO FOLHADELA (PS)** – Senhor Presidente da Câmara agradeço-lhe as respostas que teve a oportunidade de prestar, e relativamente a elas se me permite gostaria de contrapor o seguinte: Relativamente à questão das avenças não partilhamos na totalidade daquilo que foi a informação que o senhor Presidente teve agora a oportunidade de prestar, nomeadamente quanto a dois aspetos, que é no nosso entender a falta da capacidade de previsão nomeadamente quanto às necessidades de prestação de serviços e antecipadamente

poder antever quais são as necessidades da Câmara Municipal, mas isso é um jogo, uma matéria de previsão que a Câmara Municipal tem ou não tem, mas independentemente disso também não nos convence quando afirma que relativamente às avenças que são feitas, que elas correspondem somente a necessidades iniciais, e que logo que a Câmara, pelo menos a interpretar aquilo que percebi das suas palavras, logo que a Câmara verifica que há necessidade permanente, que transforma isso numa contratação definitiva, tanto quanto é permitido observar dos documentos que temos, e nomeadamente da consulta desses contratos não será assim. Uso de uma segunda observação relativamente aquilo que o senhor Presidente da Câmara referiu, partilhando connosco, dizendo até, que está tão preocupado quanto nós relativamente à questão dos transportes, mas como deve imaginar não me ficaria bem comigo próprio se simplesmente aceitasse que a resposta seria que a culpa é dos outros, nós até partilhamos da mesma preocupação que vocês, mas permita-me que lhe faça então esta questão, que me parece legítima, e o senhor Presidente da Câmara, a Câmara Municipal, enquanto poder Executivo Municipal, o que é que já fez quando até partilha da preocupação com o Partido Socialista, que todos pensamos na mesma coisa, o que é que o Presidente da Câmara e o seu Executivo já fez para, tendo verificado esta falha, poder dentro da sua esfera de influência reverter esta situação, que como nós estamos de acordo é dos famalicenses. Relativamente ao terceiro ponto agora, que foi o primeiro na abordagem inicial, que era da Central de Camionagem, de facto partilhamos também desta opinião, de que deve haver uma solução tão consensual quanto possível, permitindo conjugar dois interesses básicos, o interesse dos lojistas na sua atividade como é evidente, mas também o interesse público no sentido de melhorar aquele equipamento, agora fiquei de alguma forma perplexo quando o senhor Presidente disse que havia necessidade de notificação formal e que fomos notificar formalmente, eu pergunto-lhe se essa notificação formal, pelo menos tanto quanto me é dado a saber, e não só a mim naturalmente, a todos aqueles que intervieram no processo, essa notificação formal de que forma é que foi feita, porque tanto quanto sabemos há despachos, há deliberações, há notificações formais. Eu pergunto se o senhor Presidente da Câmara entende notificação formal, pedir a uma Vereadora para se deslocar ao local, por ventura deixando-lhe o desgostoso da questão e não outros assumindo essa função e dizer aos senhores lojistas que têm trinta dias para abandonar o espaço, se considera isto a notificação

formal, porque tanto quanto tenho conhecimento ainda não foi efetivada qualquer notificação formal nos termos em que nós sabemos que tem de existir relativamente a esta questão. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Ó senhor Deputado quanto à questão do Centro Coordenador de Transportes, o que lhe digo, e repito, é que a Câmara Municipal tem obrigação de notificar, notificou, e tem o sentido de responsabilidade de consensualizar com os lojistas a alternativa, e está a fazê-lo, e portanto percebo a preocupação do Partido Socialista neste tema, mas quero dizer-lhe que será ou não tema em poucos dias. Quanto à questão dos transportes públicos, ó senhor Deputado, eu não sei se se recorda das minhas intervenções públicas sobre o PART, sobre a forma como este Governo decidiu distribuir estas verbas que resultam de uma dotação do Ministério do Ambiente pelo País, fui um dos mais contestatários desta matéria a nível nacional, se calhar o senhor Deputado não se recorda, mas eu desafio-o a relembrar essas minhas declarações, que infelizmente dota a CIM do Ave concretamente aqui em Famalicão com uma pequenina parcela, que pouco ou nada nos permite fazer a este nível, aliás desafio-o a verificar o que se está a passar em Guimarães, o que se está a passar em Barcelos, o que se está a passar noutros concelhos, só para situar aqui um contexto de proximidade. Quanto à questão das avenças, o que eu afirmo, resulta das deliberações de Reunião de Câmara, onde temos aberto sucessivos concursos públicos para recrutar colaboradores em áreas para as quais inicialmente foram contratados avençados ou em regime de tarefa. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Muito rapidamente, senhor Presidente da Câmara eu só queria dois ou três esclarecimentos, que eu não fiquei totalmente convencido, relativamente às avenças, não vou por em causa, mas quer queiramos, quer não, causa um bocado de estranheza que numa altura de confinamento a Câmara Municipal contrate cerca de dezoito pessoas, mas pronto. Senhor Presidente, vossa Excelência relativamente à concentração de pessoas no centro da Cidade, vossa Excelência tem conhecimento, não nos foi a informação que chegou, que muitas vezes são os serviços municipais ou a Polícia Municipal neste caso, que em algumas situações encerra as ruas para exatamente as pessoas poderem lá conviver, não sei se tem conhecimento disso, se nos pode clarificar se tem conhecimento, se realmente é verdade ou não, mas foi a informação que nos chegou. E isto, acho que é bastante mais

preocupante quando estamos numa altura em que o número de casos do COVID não pode aumentar, o País está relativamente bem, apesar de alguns avanços e recuos nesta situação, mas sabemos que se esta situação piorar, os resultados são catastróficos para todos e preocupa-me que a Câmara Municipal possa ter iniciativas em que possam levar a esse agravamento, e faço-lhe aqui duas questões, relativamente ao programa de elevação da Cidade, nove de julho, há garantias, que garantias é que pode dar a todos os famalicenses, a todas as pessoas que possam participar no programa de elevação, em que vão estar de segurança. E, relativamente ao Festival Anima-te, como o meu camarada já o inquiriu, dizer que vamos cumprir as normas da DGS, acho que é um bocado pouco, primeiro será sensato nesta altura fazer um Festival em que prevê-se oitocentas pessoas, consideração de oitocentas pessoas, isso sim, quais são realmente as medidas práticas que a Câmara Municipal vai implementar para garantir que as pessoas lá possam estar em segurança e não possa termos aqui uma situação de contágio exponencial em que tanto graves prejuízos possam representar para os famalicenses. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Eu devo lembra-lo senhor Deputado Paulo Pinto que quem define as normas da DGS é a DGS, não é o Presidente da Câmara de Famalicão, nem nenhum Presidente de Câmara, a nós compete-nos cumpri-las e sabe que o que está em curso é um momento particularmente exigente para todos nós, mas o País não encerrou, não está em estado de emergência, o contexto de calamidade está a diferentes velocidades a nível nacional como é sabido, e a nós compete-nos criar condições para que as atividades possam retomar com alguma normalidade, sendo que, é perfeitamente possível e desejável que isso aconteça em obediência estrita às normas em vigor. Todas as ações envolvidas pelo município, seja a Comemoração do 35º aniversário, que aliás foi saudado pelos vereadores eleitos do Partido Socialista no Executivo Municipal, quer o Programa Anima-te, quer outros programas que estão ou venham a ser executados, obedecerão escrupulosamente as normas de segurança, com limitação do acesso e com a criação de condições no interior, para que o afastamento social seja cumprido, é essa a responsabilidade do município que será escrupulosamente cumprida. -----

--- SEGUNDO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO ATÉ AO MONTANTE DE 983.780,54€, ATRAVÉS

DO EQ BEI – LINHA BEI PT 2020 – AUTARQUIAS PARA A OBRA “LOJA DO CIDADÃO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO OPERAÇÃO NORTE-09-0550-FEDER-000152”, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA F) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Depois da proclamação do ano de dois mil e quinze relacionada com a chegada da Loja do Cidadão a Famalicão, a que a imprensa local saciou, eis que nos chega a profilática “mesinha”, que milagrosamente irá curar as insuficiências administrativas sentidas pelos famalicensenses. Para os descrentes lembramos o facto de no PPI – Plano Plurianual de Investimentos, para o ano 2020 a Câmara Municipal ter previsto um modesto valor de cem mil euros, página um do PPI, remetendo um milhão e oitocentos mil euros para o ano eleitoral de 2021, o presente pedido de financiamento e contratualização de empréstimo de 983.780,54€, para sermos mais precisos, para um investimento total de 1.967.561,00€, que contará com uma eventual comparticipação financeira comunitária da linha FEDER, de 350.000,00€, corresponderá por certo ao desfecho há tanto suspirado pela maioria PSD/CDS que o senhor representa. A CDU quanto a isto tem sérias reservas, quanto às reais virtudes socioprofissionais e económicas, além dos encargos financeiros a suportar pelo município, entre outras, pelo que vai abster-se quanto à votação. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Senhor Presidente da Câmara podíamos aqui fazer uma resenha histórica, não de quatro mas de cinco anos, visto que esta situação da Loja do Cidadão já se prolonga há bastantes anos, foi anunciada com pompa e circunstância em dois mil e quinze, é pena que tenha demorado tanto tempo, e que durante este tempo todo a Câmara Municipal esteja a pagar uma renda ao longo destes cinco anos, ou seja, onerando não só o município, como os próprios famalicensenses pela renda dessas instalações. A Câmara podia muito antes ter agilizado e tomado providência para que esta obra tivesse sido concretizada muito antes, não o fez, é pena, no entanto temos que admitir que mais vale tarde do que nunca, e como tal, dada a importância da obra, o Partido Socialista, só desta obra irá votar favoravelmente este ponto da ordem de trabalhos. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Primeiro saudar a posição do Grupo Municipal do Partido Socialista de votar favoravelmente esta proposta, e dizer ao Deputado Paulo Pinto que vai chegar o momento de fazermos esse balanço, mas que a Câmara Municipal está muito tranquila porque a única entidade que até este momento se esforçou e tudo fez para que Famalicão tivesse uma Loja do Cidadão foi a Câmara Municipal.-----

---**ARMINDO GOMES (CDS/PP)** – Eu fui um reivindicativo da Loja do Cidadão durante estes anos todos, ou praticamente este mandato, não foi no mandato anterior, mas no outro antes, no mandato anterior não estive na Assembleia Municipal, defendi sempre que Famalicão devia ter uma Loja do Cidadão, vai chegar o dia, termos uma Loja do Cidadão, neste caso está de parabéns a Câmara Municipal porque arranjou um espaço para que seja uma realidade a Loja do Cidadão, porque não é fácil arranjar um sítio central, um edifício no centro da cidade para uma Loja do Cidadão, se não tivesse de facto alugado este espaço há três ou quatro anos atrás, penso eu, se não me foge a memória, agora iríamos ter a Loja do Cidadão e não tínhamos espaço para a Loja do Cidadão. Portanto, de facto foi um investimento como diz o engenheiro Paulo Pinto, um investimento de três ou quatro anos, ou cinco, não posso precisar, de pagar uma renda e de facto a Loja do Cidadão não funcionou, ou não se montou a Loja do Cidadão, não foi culpa da Câmara Municipal, não foi culpa se calhar do PSD quando esteve no Governo, não será culpa do PS, a Loja do Cidadão foi mudando de concelho em concelho e Famalicão não chegava. Chegou agora, eu dou isto de parabéns à Câmara Municipal, como vou dar de parabéns quando a Loja do Cidadão estiver instalada em Famalicão, também dou parabéns ao Governo de Portugal por nós termos uma obra destas em Famalicão, porque o que nós tínhamos em Famalicão, temos em Famalicão atualmente são instalações para servir os famalicenses e não só, porque a Loja do Cidadão não é só para Famalicão, de facto não tem condições nenhuma, sempre disse que o Registo Civil, as pessoas amontoavam lá a empurrar umas às outras para ganhar vez, e para entrar tinham que ir para lá às seis horas da manhã, é inadmissível no contexto, no tempo que estamos, ir para uma loja e estar duas horas mais cedo, ou três horas mais cedo para ter vez para ser atendido na Loja do Cidadão. Portanto, neste caso o Dr. Paulo Cunha, Presidente da Câmara e os senhores Vereadores estão de parabéns neste sentido, a Loja do Cidadão, de

facto, já deveria estar instalada em Famalicão há vários anos, uma vez que temos o espaço, mas mais vale tarde do que nunca, como diz o engenheiro Paulo Pinto.-----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – O Senhor Deputado Paulo Pinto lamentou que a Loja do Cidadão ao fim de cinco anos ainda não seja uma realidade em Vila Nova de Famalicão, eu julgo por isso que a história da Loja do Cidadão no nosso concelho deve ser contada e deve ser recontada as vezes que forem necessárias, para que de facto não caia no esquecimento todo o histórico deste equipamento. Nesse contexto recordo que em julho de dois mil e quinze a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão celebrou um protocolo com a Agência para a Modernização Administrativa assumindo o município três obrigações essenciais. Primeira, encontrar um espaço adequado; segunda, disponibilizá-lo para nele ser instalada a Loja do Cidadão; terceira, elaborar os necessários projetos de adaptação do referido espaço. A Autarquia como todos sabem encontrou um espaço para o efeito no antigo supermercado Inô, melhor dizendo no Centro Comercial Barreiro, um espaço que foi visitado pelos representantes dos Serviços Públicos a instalar naquele edifício, ou seja, a Autoridade Tributária, o Instituto do Registo de Notariado e o Instituto da Segurança Social. Validado o espaço por aquelas entidades, a Autarquia Famalicense celebrou o respetivo contrato de arrendamento com os seus legítimos proprietários, era a única forma para poder ilegitimamente disponibilizar o espaço à AMA, a alternativa seria a compra do mesmo. A Câmara Municipal como eu referi, procedeu à celebração do respetivo contrato de arrendamento e elaborou os projetos de adaptação do espaço que foram novamente validados por quem os tinha de validar. Chegava por isso portanto, a hora do Governo cumprir a sua parte, só que entretanto ocorreram eleições legislativas, o Governo mudou e tudo se alterou. O novo Governo do Partido Socialista é bom recordar, que invocou não ter condições para avançar com a decisão de Vila Nova de Famalicão, dado que apenas teriam acesso ao financiamento Portugal 2020 as lojas localizadas em territórios considerados projetos piloto circunscritos a quatro comunidades intermunicipais, Alto Tâmega, Oeste, Região da Leiria, Viseu, Dão, Lafões. Escudado nesta justificação pela resolução de Conselho de Ministros número um de dois mil e dezassete, elaborou um novo calendário para a implementação destas estruturas em Portugal. Primeira novidade, a Loja do Cidadão de Famalicão, apesar de estar protocolada, de existir espaço para o efeito, da Autarquia

suportar desde finais de dois mil e quinze uma renda mensal superior a três mil euros, de já ter entregado os projetos de adaptação, inexplicavelmente foi remetida para terceiro plano e último plano. A sua instalação ficou prevista para finais de dois mil e dezoito, inícios de dois mil e dezanove. Segunda novidade, ao contrário do que o Governo tinha afirmado nas suas primeiras prioridades, afinal encontravam-se quatro Lojas do Cidadão, a saber, Abrantes, Castelo de Paiva, Saldanha em Lisboa, Vila Velha de Rodão, que afinal também elas estão fora das comunidades intermunicipais ilegíveis para projetos piloto que seriam as prioridades do Governo. Qual era o denominador comum de todas estas lojas, estavam todas elas situadas em municípios liderados pelo Partido Socialista. Como sabemos, entretanto o ano de dois mil e dezoito chegou ao fim sem Loja do Cidadão, dois mil e dezanove chegou ao fim sem Loja do Cidadão, portanto, o Governo falhou com o seu calendário e falhou estrondosamente com a sua palavra aos famalicenses. Aqui chegados, se quisermos ter Loja do Cidadão, como já se reparou temos de a pagar, e é exatamente isso que estamos a fazer, contraindo um empréstimo para pagar mais de oitenta por cento do seu custo, e isto senhor Presidente e senhores Deputados não deixa de ser profundamente injusto, injusto porque os cofres do município vão suportar mais de oitenta por cento do custo de uma Loja do Cidadão que vai albergar exclusivamente serviços do Estado Central, sem que o Governo disponha de um cêntimo do Orçamento de Estado, e em segundo lugar é injusto porque outras Lojas do Cidadão foram pagas sem qualquer esforço do Orçamento Municipal. Quando um Governo discrimina um concelho há duas alternativas, ou se fica pela denúncia, mas sem obra, ou se denuncia e se chega à frente para se ter obra e poder servir os seus concidadãos, nós chegamo-nos à frente, uma vez mais com o Governo do Partido Socialista, aliás já o tivemos que fazer noutras alturas.-----

---**PAULO PINTO (PS)** – Muito rapidamente só lançar, o senhor Deputado Jorge Oliveira fez aqui uma resenha histórica, mais centrada a partir de dois mil e dezoito, eu vou-me centrar em dois mil e quinze, até dois mil e dezassete, porque é verdade que é preciso também contextualizar as situações. Após a assinatura do protocolo em dois mil e quinze, competia à Câmara Municipal assegurar todos os procedimentos de Contratação Pública inerentes ao local da instalação da loja, para que, a Agência para a Modernização Administrativa pudesse efetuar a candidatura no ano do Programa Compete, o Governo de

então, maioria PSD/CDS, efetuou todos os procedimentos, e há que louvar, faltando à Câmara Municipal fazer os seus, não o fez, e deste modo a Agência para a Modernização Administrativa não pode concluir o processo de candidatura da loja e Famalicão perdeu esta oportunidade, portanto responsabilidade da Câmara Municipal. Aliás, após dois mil e quinze, as candidaturas a fundos comunitários destinadas a este fim passaram para a esfera de responsabilidade dos Programas Operacionais Regionais, para os quais apenas se podem candidatar as Câmaras Municipais ou as CIMs, quer isto dizer que compete exclusivamente à Câmara esta candidatura e obtenção de financiamento, que foi feito mais tarde, mas se a Câmara Municipal até dois mil e dezassete não fez nada e já estamos a pagar a renda, foi exatamente porque não fez aquilo que lhe competia, mas volto a dizer pela parte do Partido Socialista e apesar disto tudo, mais vale tarde do que nunca, e o Partido Socialista congratulou-se por finalmente esta obra avançar. -----

---**PAULO COSTA (BE)** – Só previamente um pequeno apontamento formal, o painel dos tempos não está a correr, não sei se é algum obstáculo técnico. Só para manifestar o sentido de voto do Bloco de Esquerda, vai votar favoravelmente, porque é nitidamente uma obra que interessa a toda a comunidade, independentemente de todas as questões que possam vir à volta deste assunto, e também já agora um apontamento genérico, também vou tentar ser o mais célere possível ao longo de toda a Assembleia, manifestamente, quer dizer, está dado o pontapé de saída para um ano eleitoral, ainda bem que o município vai fazer investimentos, é importante para este contra ciclo que já estamos a viver e por parte do município acaba por ser uma estratégia que poderá ter alguns frutos benéficos para a nossa comunidade.-----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Senhor Deputado Paulo Pinto, julgo que haverá aqui qualquer equívoco da vossa parte, a Câmara Municipal cumpriu com todas as suas obrigações, criando as condições necessárias para que a Agência para a Modernização Administrativa procedesse ao respetivo financiamento através do acesso a fundos comunitários. Uma eventual alteração do contexto do acesso a esses fundos não pode ser imputada às Autarquias, como deve imaginar, a Autarquia de Vila Nova de Famalicão, aliás como as demais do País, julgo que foram cinquenta e sete, só celebraram estes contratos na convicção e na certeza de que o mesmo teria financiamento comunitário em larga medida e não em apenas vinte por cento, ou quinze por cento, ou dez por cento, dizer a si, o quadro do

contexto de acesso comunitário mudou, que é verdade aquilo que diz, não o pode imputar à Câmara Municipal, porque não foi ela que o negociou como deve imaginar, e por isso, o Governo face às alterações do acesso comunitário teria de mudar era de posição, aliás como mudou relativamente à Câmara de Abrantes e à Câmara de Leiria. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Relativamente a isto, eu vou ser muito rápido, só gostaria que o senhor Presidente da Câmara se pode contribuir ou ajudar, se é verdade ou não, que na altura, na própria audição do Parlamento relativamente a isto, a Secretária de Estado Geral julgo na altura, Graça Alves Fonseca, não lhe disse que não avançou porque não tinha apresentado os projetos da especialidade a tempo, se é verdade ou não isto, foi um dos motivos apresentados nesta situação. Mais uma vez volto a dizer, mais importante hoje em dia é que esta obra vai avançar, que é de extrema importância para os famalicenses e o Partido Socialista está favoravelmente à mesma. -----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO ATÉ AO MONTANTE DE 983.780,54€, ATRAVÉS DO EQ BEI – LINHA BEI PT 2020 – AUTARQUIAS PARA A OBRA “LOJA DO CIDADÃO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO OPERAÇÃO NORTE-09-0550-FEDER-000152”, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA F) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E OITO VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO.** -----

---**TERCEIRO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 1.350.000,00€ RELATIVAMENTE AO INVESTIMENTO “REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS”, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA F) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Senhor Presidente da Câmara, sobre o empréstimo para investimento em redes de drenagem de águas residuais, depois de consulta atenta a um conjunto de documentos, oferece-nos dizer o seguinte: À luz do que foi previsto no PPI de dois mil e vinte, páginas onze e doze, ou seja, um milhão, oitocentos e cinco mil euros, drasticamente reduzido em duzentos e cinquenta mil euros, se não mais, pela alteração de dezasseis de abril recente, a presente proposta constitui um indesmentível exemplo de casuística gestão da maioria onde a falta de rigor no que toca às ações que projetam e programam, evidenciam demérito na gestão, senão vejamos, as ações quarenta e cinco, a cinquenta e dois, com o título Nova Rede de Ampliação e/ou Remodelação de Redes de Saneamento, tem como prazo de execução um ano, e situar-se-ão no valor corrigido de um milhão quinhentos e cinquenta e cinco mil euros. Agora, propõe-se contrair um empréstimo de um milhão trezentos e cinquenta mil euros para as mesmas ações, mas atribuindo-lhes um valor global de dois milhões novecentos e cinco mil euros, sem qualquer explicação que se possa entender para o seu cálculo e omitindo previsível prazo de execução. A CDU não gosta de passar cheques em branco nesta linha, e, enfim, caso não haja um convincente esclarecimento votaremos contra esta proposta.-----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 1.350.000,00€ RELATIVAMENTE AO INVESTIMENTO “REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS”, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA F) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E SEIS VOTOS A FAVOR, DOZE ABSTENÇÕES E UM VOTO CONTRA.** -----

---**QUARTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 1.600.000,00€ RELATIVAMENTE AO INVESTIMENTO DA “BIBLIOTECA MUNICIPAL CAMILO CASTELO BRANCO”, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS**

PREVISTOS NA ALÍNEA F) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DA LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Sobre a proposta de empréstimo para investimento na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, estranhámos desde logo que em sede do PPI, página quinze, tenham sido definidos cem euros para a ação 90/2013, estendendo-se pelos anos dois mil e vinte e um, um milhão e cem mil euros e em dois mil e vinte e dois, um milhão e meio de euros, mas não tardou que o insólito acontecesse na alteração de dezasseis de abril último, em que dos cem euros, se passa-se para dois milhões e seiscentos mil euros, com valor definido para dois mil e vinte, não obstante que, da presente proposta conste como investimento tão só um milhão e novecentos mil euros como justificativa para contração do empréstimo de um milhão e seiscentos mil euros. Tão estranho e enigmático como na anterior proposta é constar das áreas de intervenção na página treze, principais medidas da rede municipal de leitura pública em dois mil e vinte, eixo dos equipamentos, em que é sublinhado textualmente, realização de condições tendentes ao desenvolvimento de uma candidatura e financiamento comunitário da beneficiação do edifício da Biblioteca Municipal Castelo Branco, afinal em que é que ficamos senhor Presidente, recorre-se a empréstimo ou a candidatura, se mais não houvesse aqui, se expressa a razão para que a CDU não possa votar favoravelmente esta proposta e se absterá como será óbvio.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Ó senhor Deputado Daniel Sampaio eu devo-lhe dizer que, esta é uma daquelas intervenções que nós ambicionávamos fazer quando preparamos o Plano de Atividades e Orçamento do Plano em curso, simplesmente não tínhamos segurança acerca da reunião de condições para o fazer, e quando colocamos o cenário do recurso a fundos comunitários é porque todos nós desejávamos que essa oportunidade fosse concedida a Famalicão, infelizmente, até ao momento não foi concedida e o Executivo Municipal entendeu por bem, que apesar da ausência de apoio em sede de fundos comunitários, e de o município não ter nenhum apoio que não seja os seus recursos financeiros, mesmo assim avançamos com esta intervenção, porque consideramos que ela é estratégica e é prioritária para o engrandecimento cultural do nosso concelho e para a

criação de condições de acesso à elementar aprendizagem e ensino que desejamos para todos os nossos concidadãos. Isso fez com que, ao longo do ano em curso, tivéssemos que reunir condições para que avançássemos com uma obra, que repito, há uns meses atrás não esperávamos fazer. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 1.600.000,00€ RELATIVAMENTE AO INVESTIMENTO DA “BIBLIOTECA MUNICIPAL CAMILO CASTELO BRANCO”, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA F) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DA LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E SEIS VOTOS A FAVOR E DOZE ABSTENÇÕES. -----

---QUINTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 600.000,00€ RELATIVAMENTE AO INVESTIMENTO DA “BENEFICIAÇÃO REDE VIÁRIA” NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA F) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DA LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---DANIEL SAMPAIO (CDU) – Este empréstimo assenta em algumas incongruências com a dotação inicial para a ação número 93/2020, relativamente à estrada municipal 571/1 de cinquenta mil euros, PPI na página vinte e um, posteriormente alterada em 16/04 para quatrocentos e cinquenta mil euros. Quanto à ação 2019/101, rua de S. Mamede – Ribeirão, com dotação no PPI, página vinte, de duzentos e noventa mil euros em dois mil e vinte e cem mil em dois mil e vinte e um. Aparece-nos nesta proposta com um valor total de trezentos e vinte mil euros, imprecisamente inferior à soma do inicialmente previsto, pensamos que o senhor Presidente poderá dar aqui uma explicação para este desacerto, no

entanto apesar destas imprecisões, não deixaremos de votar favoravelmente a proposta por convicção que as freguesias sairão daqui beneficiadas. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Eu só devo dizer que o planeamento e a proteção das intervenções a este nível vai amadurecendo à medida que o projeto fica mais fino, quando chega à fase do projeto de execução, nós temos uma identificação muito mais rigorosa acerca da intervenção a fazer, acresce que ao longo do tempo as necessidades relacionadas com a intervenção viária, como é o caso, vai evoluindo, sei lá, um caso concreto de um muro que entretanto ruiu e é preciso repor, o caso concreto de no passado não ser possível um determinado alargamento, e agora já haver um acordo com um vizinho confrontante para que o alargamento aconteça, nomeadamente para proporcionar a criação de passeios, tudo isso faz com que a estimativa associada à intervenção viária a executar vai evoluindo até ao momento em que se processa a adjudicação, nós estamos aqui numa fase muito mais próxima, e é por isso, é essa a explicação em relação à diferença que o Deputado Daniel Sampaio aqui reportou.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 600.000,00€ RELATIVAMENTE AO INVESTIMENTO DA “BENEFICIAÇÃO REDE VIÁRIA” NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA F) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DA LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E SETE VOTOS A FAVOR E DOZE ABSTENÇÕES. -----

---SEXTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA “ESPAÇOS PÚBLICOS DA ÁREA CENTRAL DA CIDADE” NO VALOR DE 7.676.040,38 EUROS (SETE MILHÕES, SEISCENTOS E SETENTA E SEIS MIL, QUARENTA EUROS E TRINTA E OITO CÊNTIMOS) AO QUAL ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, NOS TERMOS DO ART.º 51, N.º 2 DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO (RFALEI), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Tendo em conta, relativamente a este documento, que esta Assembleia pode escrutinar no PPI orçamento, páginas dez e dezanove do PPI, e as revisões/alterações, é-nos possível constatar que a ação número 92/2016 tem uma dotação definida para este ano de dois milhões, cento e cinquenta mil euros, no entanto, e segundo o que a proposta em apreço refere, a dita situar-se-á em três milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, novecentos e sessenta e dois euros e quarenta cêntimos para ser preciso, entretanto a ação número 46/2019 com uma dotação inicial de quinze mil euros seria elevada para quatro milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil euros através da alteração de 16/04, nesta última Assembleia, muito embora a presente proposta nos diga que o valor dotado se situa nos três milhões seiscentos e quinze mil setecentos e dois euros e trinta e seis cêntimos, enfim, são apenas números como é natural e nem sempre consonantes, mas a execução adiantada nesta mesma proposta não vai além dos trezentos e trinta e dois mil setecentos e noventa e cinco euros e cinquenta e seis cêntimos, a ação 46/2019 dos quinhentos e cinquenta e três mil cento e quarenta e dois euros e quarenta e oito cêntimos, na ação 96/2016. Porque as ações encerram muita ambiguidade, a nossa posição vai fixar-se numa abstenção bastante crítica.-----

---**ARMINDO GOMES (CDS/PP)** – Estamos a falar aqui num investimento no centro da cidade de quase oito milhões de euros, um dos maiores investimentos que a Câmara Municipal faz a nível de obras públicas, eu já disse ao senhor Presidente de Câmara e fui dizendo aos senhores Vereadores que isto é uma obra que vai criar alguns incómodos aos famalicenses, eles vão ter que ter alguma paciência, porque esta obra trata-se de uma obra no centro da cidade e é uma obra que tem uma faturação média de mais de quinhentos mil euros/mês, e quinhentos mil euros/mês, para que a obra seja concluída dentro do prazo que está previsto, e o senhor Vereador das obras públicas também sabe bem, está o José Santos a olhar para mim e está-se a rir, vai ter muito camião, muita máquina e muita mão-de-obra no centro da cidade. Os famalicenses vão beneficiar com esta obra, mas vai-lhe criar incómodos durante o tempo de execução, mas depois vão ser compensados com esta obra em Famalicão, que eu sempre defendi que esta obra no centro da cidade que devia ser tratada,

dá outra dignidade ao centro da cidade, aquele aglomerado, ali aquele centro mesmo da cidade, para que haja mais atração das freguesias vizinhas e não só, e população de outros concelhos para que venham a Famalicão ver o centro da cidade e esta obra que vai embelezar Famalicão como nunca visto. Era isto que eu queria dizer, o senhor Presidente da Câmara está de parabéns com isto. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA “ESPAÇOS PÚBLICOS DA ÁREA CENTRAL DA CIDADE” NO VALOR DE 7.676.040,38 EUROS (SETE MILHÕES, SEISCENTOS E SETENTA E SEIS MIL, QUARENTA EUROS E TRINTA E OITO CÊNTIMOS) AO QUAL ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, NOS TERMOS DO ART.º 51, N.º 2 DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO (RFALEI), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E SETE VOTOS A FAVOR E DOZE ABSTENÇÕES. -----

---SÉTIMO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA “INTERFACE 2 - ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE PASSAGEIROS – EDIFÍCIO PRINCIPAL E PALA” NO VALOR DE 2.719.000,00 EUROS (DOIS MILHÕES, SETECENTOS E DEZANOVE MIL EUROS), AO QUAL ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, NOS TERMOS DO ART.º 51, N.º 2 DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO (RFALEI), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---DANIEL SAMPAIO (CDU) – No documento sete não compreendemos que esta obra/ação esteja contemplada no número 92/2016, página dezanove do PPI, que também já está incluída na proposta que votamos anteriormente, será que a ambiguidade da ação PEDU- Mobilidade Urbana Sustentável dá para tudo, inclusive para uma Interface 2 – Estação Rodoviária de Passageiros – Edifício Principal e Pala, mesmo sem dotação orçamental senhor Presidente, por este emaranhado de facto não enquadrador na proposta, que dificulta qualquer compreensão razoável, votá-la-emos contra. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – A CDU votará como achar melhor, como é óbvio, mas eu temo que haja aqui, se calhar eu não me expliquei bem, não traduzi como desejava o que queria dizer ao senhor Deputado e percebi que a dúvida que motivou o seu voto em várias propostas aqui se mantém. O PEDU é um quadro instituidor e regulador do fundo comunitário que apoia um conjunto de intervenções senhor Deputado, que vai desde o Centro Coordenador de Transportes, à Área Central da Cidade, à Via Ciclo-Pedonal que ligará Famalicão à Póvoa de Varzim, às Vias Cicláveis que estão a acontecer e que vão acontecer também na cidade e a outras intervenções, portanto, nós estamos a falar é de um programa que quadra um conjunto de intervenções, por exemplo, a Área Social, a intervenção do Bairro da Cal, também é quadrada pelo PEDU, é só isso que eu quero dizer ao senhor Deputado se por ventura ajudar a clarificar a situação. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA “INTERFACE 2 - ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE PASSAGEIROS – EDIFÍCIO PRINCIPAL E PALA” NO VALOR DE 2.719.000,00 EUROS (DOIS MILHÕES, SETECENTOS E DEZANOVE MIL EUROS), AO QUAL ACRESCE O IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR, NOS TERMOS DO ART.º 51, N.º 2 DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO (RFALEI), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E SETE VOTOS A FAVOR, ONZE ABSTENÇÕES E UM VOTO CONTRA. -----

---OITAVO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL COM TRANSPORTES ESCOLARES, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 2.076.083,50 EUR (830.433,40 EUR PARA 2020 E 1.245.650,10 EUR PARA 2021), AO ABRIGO DA AL. C), DO N.º 1, DO ARTIGO 6.º, DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL COM TRANSPORTES ESCOLARES, ATÉ AO

MONTANTE MÁXIMO DE 2.076.083,50 EUR (830.433,40 EUR PARA 2020 E 1.245.650,10 EUR PARA 2021), AO ABRIGO DA AL. C), DO N.º 1, DO ARTIGO 6.º, DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.-----

---NONO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÕES AO CÓDIGO REGULAMENTAR SOBRE CONCESSÃO DE APOIOS – TÍTULO V DO LIVRO V – CAPÍTULO II - BANCO MUNICIPAL DE VOLUNTARIADO E CAPÍTULO III – BOMBEIRO VOLUNTÁRIO, NOMEADAMENTE AOS SEUS ARTIGOS 125.º, 128.º, 131.º, 132.º, 133.º, 134.º, 135.º, 136.º, 141.º, 142.º E 143.º E ADITAR OS ARTIGOS 142.º-A DO TÍTULO V DO LIVRO V, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

---CARLA FARIA (PS) – Vou começar por fazer uma citação: “ Os Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Famalicão vão pagar menos IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis, que os outros cidadãos do concelho vão ter acesso à água e saneamento mais barato e à isenção de taxas de operações urbanísticas de construção, conservação, beneficiação e ampliação de habitação própria/permanente, caso Paulo Cunha se mantenha como Presidente de Câmara Municipal no próximo ciclo autárquico.” Isto é uma notícia de Famalicão Digital, em 24/09/2017. O título da notícia era: “ Os Bombeiros de Famalicão vão ter mais regalias sociais no município com Paulo Cunha.” Estamos neste ponto e entre outros a aprovar algumas condições específicas merecidas para os bombeiros, como a redução de tarifas, de habitação social, o que não se compreende, não se aproveita esta ocasião para cumprir aquilo que foi uma promessa eleitoral, como é o caso da redução do IMI, porque senhor Presidente da Câmara já passaram três anos, e a promessa eleitoral relativamente a algumas das regalias sociais não foram cumpridas, nomeadamente a da redução do IMI. É sem dúvida importante que agente homenageie os nossos bombeiros durante o ano, não apenas na época dos incêndios, da campanha eleitoral ou das pandemias,

mas muito mais importante do que o desconto de acesso às Piscinas Municipais, a redução do IMI seria sem dúvida uma medida para estimular e reconhecer estes operacionais. Considerando este ponto de trabalho, achamos que seria uma excelente oportunidade para esta Câmara no artigo 141, ao invés de três alíneas novas, acrescentar quatro alíneas, a alínea g) – a redução do IMI para o mínimo legal permitido por lei, e assim já fazia jus à sua afirmação senhor Presidente de Câmara, que foi o que disse na altura, homenagear os soldados da paz, suas famílias, respetivas corporações, recompensado o seu empenho voluntariado e entrega. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Sobre a intervenção da senhora Deputada para dizer duas coisas, primeiro a Câmara Municipal está muito consciente do trabalho que tem feito com as suas três corporações de Bombeiros e com as centenas de mulheres e homens que nas mais diversas circunstâncias servem as mesmas, aliás pedimos meças no contexto constitucional em relação ao apoio que damos às corporações, às Bombeiras e aos Bombeiros que servem as três corporações de Famalicão. Quanto ao restante senhora Deputada, confesso-lhe que, acho que é cedo demais para fazer a avaliação do mandato que está em curso. -----

---**PAULO FOLHADELA (PS)** – Senhor Presidente da Câmara, relativamente a este ponto e porque a questão é muito concreta, recorro ao senhor Presidente, tal como foi referido pela colega Deputada Carla Faria que em setembro de dois mil e dezassete não foram os bombeiros que foram procurar o candidato Paulo Cunha, foi o Paulo Cunha, candidato, que se dirigiu aos bombeiros, e nessa altura sem dúvida afirmou que os bombeiros de Famalicão vão pagar menos IMI, vão ter acesso a água e saneamento mais barato e à isenção de taxas de operações urbanísticas, além disso também prometeu a realização do Dia Municipal do Bombeiro, na altura até disse, será uma forma simbólica de reconhecimento e agradecimento da comunidade para com os soldados da paz. Todos naturalmente estamos de acordo quanto aos considerandos utilidade/necessidade e grande trabalho que os bombeiros têm desenvolvido, o senhor Presidente da Câmara acabou de dizer que ainda é cedo para fazer a avaliação do exercício do seu mandato, pergunto-lhe então, assume aquilo que assumiu perante os bombeiros em dois mil e dezassete, e que até ao final do mandato vai cumprir ou

não, não para connosco enquanto cidadãos em geral, enquanto seus eleitores, mas para com os bombeiros de Famalicão em concreto, vai cumprir ou não esta sua promessa eleitoral. ----

---**ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – Excelentíssima Mesa, excelentíssima Câmara, a proposta deste ponto de trabalho, gostaria de dizer o seguinte em nome do PSD, ouvi com atenção as intervenções dos senhores Deputados do Partido Socialista, e tenho que realçar que de facto, em relação aos mesmos há uma falta de memória tremenda, em relação aquilo que é política fiscal deste partido no Governo e do Partido Socialista, sobre uma capa no mínimo hipócrita de que não há austeridade, estamos habituados a que o Governo do PS transfigure a realidade e carregue de impostos os cidadãos portugueses. Assistimos a isto antes da pandemia, portanto antes da situação excecional, assistimos a isto já o ano passado, e portanto pergunto qual a legitimidade dos senhores Deputados do Partido Socialista para vir reivindicar uma situação que eles próprios criam como apoiantes, penso eu, deste Governo e do grupo que os apoia. Em relação à proposta que está aqui em concreto, direi que esta Câmara Municipal naquilo que lhe é possível, dentro do orçamento que tem, dentro das possibilidades que tem e dentro das capacidades que tem, tem a oportunidade de apresentar uma proposta no sentido de beneficiar e de melhorar aquilo que são as competências das corporações e por isso o PSD votará a favor. -----

---**PAULO PINTO (PS)** – Eu, depois de ter ouvido esta questão da falta de isenção ou coragem, ou hipocrisia, honestamente não podia ficar bem. Primeiro, se há partido que ficou conhecido por ter elevado a carga fiscal a um nível nunca visto, não foi o Partido Socialista, depois o Partido Socialista quando tomou posse reduziu o IRS por várias questões, aliás as políticas fiscais do Partido Socialista eram de tal forma, que no anterior mandato muito Deputados do PSD diziam que vinha aí o diabo, se calhar alguns ainda estão à espera que ele venha, mas geralmente com a redução fiscal que houve da política económica do Partido Socialista, conseguiu-se atingir os objetivos e reduziu-se efetivamente os impostos, nomeadamente o IRS. A questão do IMI, esta Câmara Municipal só agora neste tempo de pandemia é que fez uma questão do pagamento aos munícipes que têm um filho, situação que o Partido Socialista já tinha proposto em termos de Governo, que todas as autarquias o fizesse, e a maior parte das autarquias o fizeram, realmente esta Câmara, não podemos esquecer, em termos de impostos fiscais, no que diz respeito ao IRS cobra o máximo, tirando

esta questão temporal agora da pandemia, que reduziu cerca de 0,5 %, e relativamente ao IMI está 20 % acima do que é o valor mínimo, portanto, em termos de política fiscal acho que esta Câmara não tem muito a dizer. Mas agora concentrando-me exatamente neste ponto, o que o meu camarada falou e a minha camarada também referiram, e é importante que o senhor Presidente de Câmara possa dar uma palavra, já que durante este mandato e meio não foi capaz de cumprir a palavra, a promessa eleitoral feita, isto fisicamente agora neste mandato relativamente à redução do IMI para os bombeiros, que possa descansar todos os Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Famalicão em que realmente vai cumprir a sua palavra até ao final deste mandato, é isso que a gente gostaria de ouvir senhor Presidente da Câmara, se realmente vai cumprir ou não, para que todos os bombeiros possam ficar esclarecidos e descansados. -----

---**ARMINDO GOMES (CDS/PP)** – A respeito aqui dos apoios que o senhor Presidente de Câmara em campanha eleitoral juntamente com os bombeiros, não sei se é verdade, se é mentira, mas muitas das vezes, não quer dizer que se prometam coisas que depois não se possam fazer, mas tenho aqui algumas dúvidas sobre o IMI aos Bombeiros Voluntários, porquê, os que não tiver casa, tiver casa arrendada, agora se me disser que a Câmara apoia os bombeiros, apoia por perda de emprego, ou algumas dificuldades financeiras, na água, na comparticipação da renda, estou plenamente de acordo, agora apoiar em IMI, muita das vezes, eu já fui candidato várias vezes, e fui Presidente de Junta, mas sei o que é fazer campanha para ganhar umas eleições, e muitas das vezes não é distração, mas não vimos a legalidade das coisas quando prometemos alguma coisa que queremos dar e temos a intenção de dar. No meu entender o IMI, isso estava bem se os bombeiros tivessem habitação própria, como nem todos têm habitação própria, há outras formas de apoiar os bombeiros, o senhor Presidente da Câmara certamente vai fazer isso, não é por estarmos a chegar perto de um ato eleitoral que ele vai fazer isso, são coisas que têm que funcionar um pouco dentro da legalidade, não quer dizer que faça uma coisa fora da legalidade, mas tem que fazer sempre dentro da legalidade, estes apoios que falamos aqui do IMI não é tão fácil como parece, e os senhores Deputados do Partido Socialista sabem muito bem que isso é assim, principalmente o doutor Paulo Folhadela. -----

---**JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Senhor Deputado Paulo Pinto, eu peço desculpa, mas vou ter que o corrigir, disse vossa Excelência que se há alguém que aumentou impostos e carga fiscal foi o Governo do PSD-CDS/PP, eu não nego esse facto que esse aumento tenha ocorrido, mas devo-lhe recordar que em dois mil e dezoito e em dois mil e dezanove Portugal obteve as cargas máximas, sendo recordes históricos de carga fiscal, e isso foi com o Governo do Partido Socialista, não tenha dúvidas sobre aquilo que estou a dizer, se tiver dúvidas aconselho-o a ler a Conta Geral do Estado que está disponível na internet, quer a de dois mil e dezoito, quer a de dois mil e dezanove, aliás como todas a que estão para trás, e se tiver dúvidas sobre a leitura dos números, recomendo-lhe vivamente que leia o Relatório do Banco de Portugal sobre a matéria, recomendo-lhe que leia o Relatório de Conselho de Finanças Públicas sobre a matéria, recomendo-lhe que leia o parecer obrigatório do Tribunal de Contas sobre a matéria, e recomendo-lhe o parecer também ele obrigatório da UTAO – Unidade Técnica de Apoio Orçamental, que sem qualquer margem para dúvidas nos dizem todos o mesmo sentido, em dois mil e dezassete, em dois mil e dezoito, em dois mil e dezanove, Portugal teve a mais alta carga fiscal de sempre em toda a história da democracia.

---**PAULO PINTO (PS)** – Sem querer entrar aqui em diálogos, e acho que é importante o senhor Presidente da Câmara que nos elucide, só para dizer que é verdade ou não, perguntava aos senhores Deputados e senhor Presidente da Câmara, que realmente a Câmara Municipal em termos de IRS está no máximo e em termos de IMI está 20% acima do mínimo. Senhor Presidente da Câmara é importante que vossa Excelência nos responda e esclareça, vai realmente garantir até ao final deste mandato que os bombeiros municipais vão poder ver a sua palavra cumprida, ao contrário do que foi aqui dito, acho que as promessas eleitorais têm que ser cumpridas, se não, não se fazem, portanto, se eles podem estar descansados, vão ver o seu IMI reduzido. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Só renovar o que disse em instâncias da questão colocada pela Deputada Carla Faria, que é cedo demais, embora perceba que o queiram, é cedo demais para se avaliar um mandato que tem quatro anos, não completou o terceiro ano, e em segundo lugar, dizer aos senhores Deputados que, é com os famalicenses que assumo os meus compromissos e estou muito consciente dos compromissos que assumi com eles. -----

---**HÉLDER PEREIRA (CDS/PP)** – Eu gostaria só de fazer aqui uma pequena intervenção na senda daquilo que foi dito pelo senhor Deputado Paulo Pinto, quando referiu que o Governo do PSD ficou conhecido por aumentar impostos, e obviamente que o CDS pertenceu, e orgulhosamente a esse Governo que retirou este País da banca rota, mas é preciso saber porque é que nessa altura os impostos foram aumentados, e foram porque o PS deixou o País na banca rota, e aí chamou a *Tróica*. Mas eu queria dizer outra coisa, é que quando o senhor Deputado Paulo Pinto refere que o PS baixou os impostos quando assumiu o Governo, há várias formas de aplicar austeridade, pode dizer-se que se baixam os impostos sobre o rendimento, do IRS, muito bem, o que aconteceu na altura foi que aumentou de forma exponencial os impostos indiretos, nomeadamente os impostos sobre os produtos petrolíferos, a pretexto de uma naturalidade fiscal, tinha que ver com a diminuição do preço do barril e da diminuição da oferta do IVA nessa matéria, o que é certo, é que o preço do barril do petróleo foi aumentando e a naturalidade fiscal nunca se aplicou, portanto, como disse e bem o Deputado Álvaro Oliveira é uma austeridade encapotada e acho que isto seria importante referir. -----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÕES AO CÓDIGO REGULAMENTAR SOBRE CONCESSÃO DE APOIOS – TÍTULO V DO LIVRO V – CAPÍTULO II - BANCO MUNICIPAL DE VOLUNTARIADO E CAPÍTULO III – BOMBEIRO VOLUNTÁRIO, NOMEADAMENTE AOS SEUS ARTIGOS 125.º, 128.º, 131.º, 132.º, 133.º, 134.º, 135.º, 136.º, 141.º, 142.º E 143.º E ADITAR OS ARTIGOS 142.º-A DO TÍTULO V DO LIVRO V, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E SEIS VOTOS A FAVOR E TREZE ABSTENÇÕES.** -----

---**DÉCIMO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS NA CELEBRAÇÃO DO “CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS”, RELATIVAMENTE ÀS FREGUESIAS DE FRADELOS, LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI, LOURO, NINE, RUIVÃES E NOVAIS, SEIDE, VALE S. MARTINHO E VILARINHO DAS CAMBAS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1

DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

--- **POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS NA CELEBRAÇÃO DO “CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS”, RELATIVAMENTE ÀS FREGUESIAS DE FRADELOS, LEMENHE, MOUQUIM E JESUFREI, LOURO, NINE, RUIVÃES E NOVAIS, SEIDE, VALE S. MARTINHO E VILARINHO DAS CAMBAS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M) DO N.º 1 DO ARTIGO 33.º E ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E OITO VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO.** -----

---**DÉCIMO PRIMEIRO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS COM AS FREGUESIAS DE REQUIÃO, SEIDE E VERMOIM PARA SERVIÇO DE REFEIÇÕES E GESTÃO DAS VERBAS DAS COMPARTICIPAÇÕES FAMILIARES DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA (ANOS ESCOLARES 2020/2021 E 2021/2022), NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA M), DO N.º 1, DO ARTIGO 33.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS COM AS FREGUESIAS DE REQUIÃO, SEIDE E VERMOIM PARA SERVIÇO DE REFEIÇÕES E GESTÃO DAS VERBAS DAS COMPARTICIPAÇÕES FAMILIARES DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA (ANOS ESCOLARES 2020/2021 E 2021/2022), NOS TERMOS DO**

DISPOSTO NA ALÍNEA M), DO N.º 1, DO ARTIGO 33.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E OITO VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO. -----

---DÉCIMO SEGUNDO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROJETO DE REGULAMENTO DE ACESSO E UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA INCUBADORA FAMILICÃO MADE IN, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

---DANIEL SAMPAIO (CDU) – Relativamente a esta questão, a CDU não acredita que esta forma de atrair instalação ou ampliação de empresas traga benefícios acrescidos para a economia concelhia, já é sabido, já que não é exigido aos potenciais candidatos transparência de propósito e objetivos mínimos, estando à cabeça das nossas preocupações, que tipo de emprego geram em termos de número e de qualidade contratual. Gostaríamos de saber, se depois de tantas atribuições de apoios a inúmeras empresas, se a Câmara desenvolveu algum estudo para poder avaliar que tipo de impacto estes apoios tiveram na criação de novos empregos, e que valor acrescentado para a economia do concelho, e se os resultados indicam que esta aposta gerou resultados previsíveis ou não, a demais este tratamento de privilégio a algumas empresas funciona na mesma ótica em que funcionam as diversas fornecedoras/operadoras de serviços no nosso mercado, oferecem benefícios aos novos clientes, mantendo um preço mais elevado para os que verdadeiramente contam para o seu sucesso empresarial. Também as empresas instaladas no concelho há muitos e muitos anos, que são a maioria, e que asseguram o rendimento dos cidadãos através do emprego que oferecem, e da generalidade dos impostos arrecadados pelo nosso município, estas, ao que se sabe, não podem contar com o 2 IN, porque esta medida não foi feita a pensar neles, já o sabemos, daí o voto da CDU ser contra.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROJETO DE REGULAMENTO DE ACESSO E UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA INCUBADORA FAMILICÃO MADE IN, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E SEIS VOTOS A FAVOR, ONZE ABSTENÇÕES E UM VOTO CONTRA. -----

---DÉCIMO TERCEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA NINENSE, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 140.000,00€ (CENTO E QUARENTA MIL EUROS) PARA CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE FUTEBOL 7, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---DANIEL SAMPAIO (CDU) – Na minha intervenção vou referir-me por antecipação também ao ponto catorze porque ele tem a mesma apreciação relativamente a este ponto, e que tem a ver com o seguinte: A CDU já tem dito muitas vezes relativamente à escolha de pisos sintéticos para a prática desportiva, e para não nos alongarmos, vamos apenas realçar aspetos centrais na nossa opinião que fundamenta a preocupação. As ações experienciais desenvolvidas por entidades creditadas confirmam que na interação dos atletas com o relvado sintético, menos flexível, os impactos gerados pelos desportistas não são suficientemente absorvidos, o que poderá gerar um aumento de risco de lesões. Deveria a autarquia desenvolver uma abordagem junto destas associações desportivas, sensibilização, procurando soluções que minorem aqueles aspetos negativos, mesmo sabendo que a alternativa ideal é economicamente mais exigente, mas não é de todo impossível, por razões atendíveis também, não deixaremos no entanto de votar favoravelmente estes dois documentos. -----

---JOÃO ARAÚJO (PSD) – Relativamente à intervenção do meu antecessor, só para fazer aqui uma correção. De facto os pisos sintéticos não são, digamos, o melhor piso para a prática de desporto, mas também não deixa de ser verdade que isto é um processo de

melhoria, se olharmos para muitos campos, quer de desporto, quer de futebol, quer no caso aqui do ponto catorze, de rugby, muitos dos campos eram campos pelados, portanto aí o nível de lesões, ó senhor Deputado, era altíssima, mas os relvados sintéticos da última geração já são relvados que muitos países, muitos clubes, muitas federações, quer de futebol, quer de rugby, utilizam em muitos campos, porquê? Porque esses campos sintéticos tiveram melhorias, tiveram uma evolução de qualidade para a prática de desporto em que muitos casos o nível de lesão baixou, mas é como eu disse, o melhor será sempre a relva natural, mas será que isso vai de encontro às expectativas e às necessidades dos clubes, é que os custos de manutenção não são um bocadinho acima senhor Deputado, é muito, muito acima, e muitas dessas associações, e muitos desses clubes não tem sustentabilidade económica para manter a manutenção de um campo relvado, ó senhor Deputado estamos a falar de números, trezentos/quatrocentos por cento superiores de manutenção anual, portanto isto dá cabo de qualquer coletividade desportiva e qualquer associação desportiva, mas neste contexto atual da nova geração de relvados sintéticos, esse estudo que o senhor referencia, é um estudo que não é presente, já tem se calhar alguns anos, portanto os de agora, repare, o nível de lesões é muito, muito baixo, ok. Portanto, se repararmos no nível de lesões com campos pelados, então senhor Deputado, aí nem valeria apenas estarmos a discutir, nomeadamente neste desporto como o futebol, como o rugby, que é um desporto de impacto e que muita pressão faz num corpo humano, portanto estamos a ver que estas melhorias são importantíssimas para a prática de desporto, importantíssimas, e portanto senhor Deputado, só para resumir e concluir, que ainda bem que temos estas melhorias, é uma maneira de cada vez mais termos mais atletas nos diversos clubes e nas diversas coletividades, mas acima de tudo temos que olhar para a melhoria que estamos a implementar, não nos esqueçamos que estamos a falar de campos, muitos deles ainda usados pelo dito pelado. -----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA NINENSE, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 140.000,00€ (CENTO E QUARENTA MIL EUROS) PARA CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE FUTEBOL 7, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. -----

---**DÉCIMO QUARTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO AO GRAL – GRUPO RECREATIVO AVIDOS E LAGOA/CLUBE DE RUGBY DE FAMALICÃO, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 221.000,00€ (DUZENTOS E VINTE E UM MIL EUROS) PARA APOIO À CONCRETIZAÇÃO DE OBRAS PARA INSTALAÇÃO DE UM RELVADO SINTÉTICO DE FUTEBOL 11, BANCADAS, VEDAÇÕES, POSTES E ILUMINAÇÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO AO GRAL – GRUPO RECREATIVO AVIDOS E LAGOA/CLUBE DE RUGBY DE FAMALICÃO, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 221.000,00€ (DUZENTOS E VINTE E UM MIL EUROS) PARA APOIO À CONCRETIZAÇÃO DE OBRAS PARA INSTALAÇÃO DE UM RELVADO SINTÉTICO DE FUTEBOL 11, BANCADAS, VEDAÇÕES, POSTES E ILUMINAÇÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.** -----

---**DÉCIMO QUINTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO ATÉ AO MONTANTE DE 75.000,00 € (SETENTA E CINCO MIL EUROS) À FREGUESIA DE BRUFE, DESTINADO A COMPARTICIPAR NAS DESPESAS DA EXECUÇÃO DAS OBRAS NA TRAVESSA MANUEL MOREIRA MAIA, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO ATÉ AO MONTANTE DE 75.000,00 € (SETENTA E CINCO MIL EUROS) À FREGUESIA DE BRUFE, DESTINADO A COMPARTICIPAR NAS DESPESAS DA EXECUÇÃO DAS OBRAS NA TRAVESSA MANUEL MOREIRA MAIA, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA**

APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E OITO VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO.-----

---DÉCIMO SEXTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO ATÉ AO MONTANTE DE 127.500,00 € (CENTO E VINTE E SETE MIL E QUINHENTOS EUROS) À FREGUESIA DE GAVIÃO, DESTINADO A COMPARTICIPAR NAS DESPESAS DA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REMODELAÇÃO DO ADRO DA IGREJA DE GAVIÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO ATÉ AO MONTANTE DE 127.500,00 € (CENTO E VINTE E SETE MIL E QUINHENTOS EUROS) À FREGUESIA DE GAVIÃO, DESTINADO A COMPARTICIPAR NAS DESPESAS DA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REMODELAÇÃO DO ADRO DA IGREJA DE GAVIÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E SETE VOTOS A FAVOR, UMA ABSTENÇÃO E UM VOTO CONTRA. --

---DÉCIMO SÉTIMO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 132,00 METROS QUADRADOS, SITA NO LUGAR DE VALDOSSOS, RUA URBANIZAÇÃO DO OLHEIRO, DA FREGUESIA DE FRADELOS, DESTE CONCELHO, IDENTIFICADA COMO LOTE N.º 33 AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 10/1998, FREGUESIA DE FRADELOS, TUDO NOS TERMOS DA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 132,00 METROS QUADRADOS, SITA NO LUGAR DE VALDOSSOS, RUA URBANIZAÇÃO DO OLHEIRO, DA FREGUESIA DE FRADELOS, DESTE CONCELHO, IDENTIFICADA COMO LOTE N.º 33 AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, DECORRENTE DA ALTERAÇÃO DO LOTEAMENTO COM ALVARÁ N.º 10/1998, FREGUESIA DE FRADELOS, TUDO NOS TERMOS DA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E SEIS VOTOS A FAVOR E TREZE ABSTENÇÕES.-----

---DÉCIMO OITAVO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA A INSTALAÇÃO E GESTÃO DA LOJA DE CIDADÃO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA K) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DA LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento.-----

---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA A INSTALAÇÃO E GESTÃO DA LOJA DE CIDADÃO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA K) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 25º DA LEI N.º75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA E SETE VOTOS A FAVOR E DUAS ABSTENÇÕES.-----

---DÉCIMO NONO PONTO – DISCUSSÃO E APRECIACÃO DAS INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVAMENTE ÀS MEDIDAS EXTRAORDINÁRIAS PARA FAZER FACE À SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DO NOVO CORONAVÍRUS,

NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NO ART.º 7º-B DA LEI Nº 6/2020, DE 07/05, NA ATUAL REDAÇÃO. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

--- **PAULO FOLHADELA (PS)** – Senhor Presidente da Câmara, relativamente a esta questão concreta e serei breve, das medidas extraordinárias de combate ao COVID, eu recuperaria aqui uma intervenção na última Assembleia Municipal, onde questionava o senhor Presidente acerca de três pontos essenciais. O primeiro deles tem a ver com o seguinte, o Partido Socialista em tempo apresentou uma série de propostas, começando desde logo por se mostrar disponível para acompanhar a Câmara Municipal em todas as medidas que fossem preconizadas, para este combate à COVID e às repercussões nomeadamente sociais na população de Famalicão, e dentro dessas várias propostas que apresentou, uma delas tinha a ver concretamente com a redução das tarifas de água, essa proposta em sede da Câmara Municipal foi rejeitada com os votos contra da Vereação em exercício da Câmara Municipal do PSD/CDS, dizendo o senhor Presidente da Câmara na altura que contas feitas a proposta do PS representaria um esforço financeiro na ordem dos sete milhões de euros, e a questão que coloco, já colocada antes, é no sentido de saber que estudo financeiro é que o senhor Presidente da Câmara se suportou para alcançar este número dos sete milhões de euros face à proposta concreta que o Partido Socialista apresentou para uma medida extraordinária de combate ao COVID no caso de redução de tarifas de água para determinados setores da população famalicense. Por outro lado também, o senhor Presidente da Câmara na mesma altura afirmou em Vereação que as medidas tomadas em sede de respostas sociais da Câmara Municipal orçavam cerca de cinco milhões de euros, ou seja, a Câmara Municipal previa tomar medidas na ordem dos cinco milhões de euros, à mesma perguntava ao senhor Presidente da Câmara em que estudo financeiro, e se é que existe, se pode disponibilizá-lo, para tal como disse que a proposta do PS representava um prejuízo de sete milhões, que também as medidas que a Câmara estava a disponibilizar alcançavam um valor aproximado de cinco milhões de euros. Em terceiro lugar, contas feitas para um lado e para o outro, penso que também é legítimo perguntar ao senhor Presidente da Câmara nesta altura o seguinte, qual o valor da poupança que a Câmara Municipal tem nesta

altura, tendo em conta as iniciativas de várias espécies, desportivas, culturais, que cancelou em face da pandemia e obviamente terá uma expressão, e no nosso entender, uma expressão de grande monta em termos monetários, e também por outra razão, se esse valor que naturalmente deve ter sido já quantificado, de que forma a Câmara Municipal se dispõe a reafectá-lo face a esses cancelamentos.-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Ó senhor Deputado Paulo Folhadela, o senhor Deputado repete a pergunta, e eu procurando ter boa memória vou repetir a resposta, como deve imaginar, quanto à questão da implicação financeira da proposta do Partido Socialista, o que eu disse, é que ela podia chegar àquele valor, cerca de sete milhões de euros, por uma razão simples, se a proposta do PS assenta numa redução de 50% e se nós consumimos anualmente cerca de quinze milhões de euros nesse dossiê, é essa a razão que me leva a dizer que o custo podia ser sete milhões, porque eu não sei quantas pessoas é que vão estar nessa situação, eu tenho que colocar o cenário máximo de aplicação dessa medida, é esse o rigor que se impõe a quem gere uma Câmara Municipal, imagino que quem faz propostas em sede de oposição não tem essa preocupação, mas eu como Presidente da Câmara tenho que a ter, como o senhor Deputado deve compreender. Eu não posso aprovar uma medida, sem primeiro ter a certeza de que posso acomodá-la no orçamento sem que isso traga rutura financeira para o município ou até problemas de incumprimento de outras medidas, e portanto o que eu disse na Câmara, já disse na Assembleia Municipal pelo menos uma vez, vou repetir hoje, a razão que me levou a fazer essa afirmação é uma razão simples, o senhor Deputado consulta as contas ligadas ao setor, percebe que atualmente consumimos cerca de quinze milhões de euros, se querem reduzir 50 %, eu digo andaré perto dos sete milhões em termos de valor máximo, até pode ser muito menos, agora eu tenho que ser coerente e tenho que ser cauteloso. Quanto à questão da estimativa dos cinco milhões, é fácil senhor Deputado, olhe, só no primeiro quadrimestre a redução da receita ao nível fiscal e parafiscal, refiro-me concretamente ao nível do IMT, o nível da receita na área do planeamento e urbanismo ultrapassou o milhão de euros, cerca de 1,2 milhões de euros nos primeiros quatro meses, e é bom lembrar que nestes primeiros quatro meses tivemos, podemos dizer dois meses de pandemia, os meses de março e de abril, portanto foi uma redução de cerca de 1,2 milhões de euros, é com estes dados, porque quando eu disse os

cinco milhões de euros estava-me a referir a duas dinâmicas, ao aumento da despesa na área da saúde e na área social, e à diminuição da receita fiscal, é da combinação desses dois fatores que nós chegamos aquele resultado. Quanto à questão das poupanças, ó senhor Deputado, como deve imaginar não tenho essas contas feitas agora, não as faço todos os dias, temos alguns referenciais, no final do ano haveremos de fazer essas contas, mas devo dizer que nós canalizamos cerca de dois milhões de euros na última Revisão Orçamental, penso que o senhor Deputado se recordará dela, foi aprovada na última Assembleia Municipal, afetamos cerca de dois milhões de euros para aquilo que se chamam despesas sociais, e portanto nós estamos a concentrar energia naquilo que é a fatia social que esta pandemia pode acarretar em termos de custos municipais, e estamos a prevenir as contas municipais para aquilo que for necessário, é óbvio que a proveniência destes dois milhões de euros tem a ver com um conjunto de atividades que foram descontinuadas, não é só, mas também com isso.-----

--- **PAULO PINTO (PS)** – Só para contrabalançar aqui um bocadinho o senhor Presidente da Câmara, primeiro há aqui uma novidade em relação ao senhor Presidente da Câmara, já diz que relativamente aos sete milhões, que poderia chegar, portanto já está a por o verbo numa posição diferente, coisa que acho que não o tinha feito até agora, depois também querendo ser exato, e o senhor Presidente da Câmara disse que tem que ser concreto e a oposição não tem que ser concreta, dizia-lhe uma coisa, pegando em quinze milhões e a proposta do Partido Socialista de 50%, não dizia um espaço temporal, nem dizia que seria um ano, realmente sete milhões é quase cerca de metade, essa redução de cerca de 50 % em quinze milhões para dar os sete milhões tinha que ser aplicada durante um ano, coisa que a proposta do Partido Socialista foi feita em março, e nunca disse que iria mais um ano, portanto não sei onde é que o senhor Presidente consegue chegar em 50 % aos sete milhões, realmente não está a ser rigoroso nas suas contas que faz. Relativamente a estas informações que nos trazem, eu acho que isto é exatamente o exemplo do que é a publicidade da Câmara Municipal, em que nos apresenta um documento extenso com vinte e tal páginas, em que apresenta medidas que foram muitas proclamadas pelo estado de emergência e de calamidade do Governo, e foram obrigadas, apresentam medidas de encerramento e depois apresenta as medidas de abertura e realmente provoca um documento tão extenso, só para

dar um exemplo, consegue no mesmo dia dizer realmente que há um cancelamento das Antoninas, assim como há uma mensagem *online* do senhor Presidente da Câmara. Portanto, realmente acho que as medidas concretas foram muito menos, infelizmente, muitas foram a reboque das propostas do Partido Socialista e era possível ir muito mais longe do que o que foi feito, fica aqui só o reparo do Partido Socialista. -----

--- **JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Bom, o que estas informações que nos foram remetidas de uma forma bastante fundamentada e detalhada por parte da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, revelam-nos que de facto, o trabalho que a autarquia desenvolveu ao longo destes meses foi absolutamente notável e ímpar no combate à pandemia e na mitigação dos seus efeitos económicos e sociais. Na verdade, o que estes documentos e estas informações nos revelam é que a Câmara também foi exemplar naquilo que tem sido o seu apoio, aquilo que tem sido a sua proximidade e aquilo que tem sido a sua capacidade de organização. De igual modo, que estas informações nos revelam perspectiva do PSD é que a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão adotou as medidas no tempo certo, na forma certa e no momento adequado e ajustado. De igual modo, vemos neste conjunto de informações que a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão cumpriu escrupulosamente com as suas obrigações, mas foi além daquilo que são as suas competências legais, foi além daquilo que são as suas atribuições e foi além daquilo que são as suas responsabilidades em muitas áreas da sua atuação, e por isso, perante todo este conjunto de informações, naturalmente que, o PSD reconhece a capacidade e a exemplaridade da intervenção da Câmara Municipal neste domínio, ademais um reconhecimento dizia eu, que é aquele que é transmitido pela maioria, para não dizer a esmagadora maioria dos famalicenses. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Eu só queria clarificar que, quando disse que enquanto Presidente de Câmara compete-me ser rigoroso, acho que todos compreendem a minha afirmação, e a intervenção do Deputado Paulo Pinto assevera a necessidade de o dizer, quando aqui confirmou que a proposta do Partido Socialista não tinha limite temporal, e portanto, é mais um sinal de que a Câmara Municipal tem que ser muito cautelosa na avaliação que faz do impacto financeiro da mesma, portanto não havia nenhum limite temporal, não se dizia se eram sete meses, se eram três anos, não se sabia se era até que a pandemia durasse, não havia nenhuma restrição temporal para a aplicação

dessa medida, e perante isso a Câmara Municipal não poderia em circunstância alguma aderir aquela proposta e aprová-la como o fizemos. E portanto, estamos conscientes, que o que estamos a fazer corresponde aquilo que é necessário para o efetivo combate às consequências da circunstância especial que estamos a viver e deixar a garantia renovada aos famalicenses de que tudo fizemos e continuaremos a fazer para que da parte do município estejamos à altura daquilo que são as suas necessidades. -----

--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de: -----

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA**-----

--- Para este período não há inscrições do público, pelo facto, da reunião ser no formato *online* por videoconferência e nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada às vinte e três horas e quarenta e um minutos. -----

-----**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----**O SECRETÁRIO**-----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos:-----

--- Registo de Presenças; -----

---Votos de Congratulação (dois) apresentados pelo Grupo Municipal do Partido Socialista;-

---Voto de Congratulação e Moção apresentados pelo Grupo Municipal da CDU; -----

---Voto de Congratulação apresentado pelo Grupo Municipal do PSD; -----

--- Documentos referentes aos pontos, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze, quinze, dezasseis, dezassete, dezoito e dezanove; -----

--- Minutas de atas referentes aos pontos, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze, quinze, dezasseis, dezassete e dezoito.-----
